

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais

Giovanna Floriano de Lima

A Relação entre Economia Comportamental e o Endividamento do Brasileiro

São Paulo

2023

Giovanna Floriano de Lima

A Relação entre Economia Comportamental e o Endividamento do Brasileiro

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Flavio Mesquita Saraiva.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais

São Paulo

2023

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

Dr. Flavio Mesquisa Saraiva

Autorizo a disponibilização desta monografia para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, ____ de junho de 2023 Assinatura: _____

À minha família, em especial à minha mãe, que sempre acreditou em mim e me apoiou em todos os momentos de dificuldades e conquistas

AGRADECIMENTOS

Cada um que passou pela minha formação nos últimos quatro anos tem participação na realização desta monografia, seja me apoiando ou discutindo ideias, me ensinando e me fazendo capaz de formular minhas próprias opiniões, meu muito obrigada por tornar esse sonho possível, principalmente ao meu orientador Dr. Flavio Saraiva por toda paciência, ensinamentos, empatia e incentivo para fazer deste um trabalho que me desse orgulho. Em tempo, a todos os professores e amigos que fizeram esta jornada ser repleta de aprendizado, maturidade e conquistas.

Todos vocês serão sempre lembrados com muito carinho e gratidão.

LIMA, G. F. **A Relação Entre Economia Comportamental e o Endividamento do Brasileiro**. São Paulo, 2023. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

Esta monografia analisa como as corporações influenciam na tomada de decisão do consumidor, conduzindo a um consumo compulsivo a partir da criação da necessidade do produto no indivíduo, restringindo sua autonomia de escolha e fazendo com que o orçamento familiar seja prejudicado, causando o endividamento da população e, na lógica capitalista de maximização dos lucros, fazendo com que os bancos lucrem sobre a concessão de crédito advindo dessa necessidade de consumo. Aborda a discussão com a economia clássica e sua teoria do sujeito econômico racional que busca maximizar a utilidade e que portanto não assumiria dívidas a juros excessivos. À vista disso, destaca a importância da educação financeira para que a população não esteja tão vulnerável e estes mecanismos. (JEL D03, D11, D14).

Palavras-chave: Economia Comportamental, Endividamento familiar, Taxa de Juros, Educação Financeira, Brasil.

ABSTRACT

This monograph analyzes how corporations influence consumer decision making, leading to a compulsive consumption from the creation of the need for the product in the individual, restricting his autonomy of choice and causing the family budget to be damaged, causing the indebtedness of the population and, in the capitalist logic of maximizing profits, causing banks to profit from the granting of credit arising from this need for consumption. It also addresses the discussion with classical economics and its theory of the rational economic subject that seeks to maximize utility and therefore would not take on debt at excessive interest rates. In view of this, it highlights the importance of financial education so that the population is not so vulnerable to these mechanisms. (JEL D03, D11, D14).

Keywords: Behavioral Economics, Family Indebtedness, Interest Rate, Financial Education, Brazil.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

1. Figura 1 – indicadores de endividamento externo de 1968 a 1982.....	27
2. Figura 2 – encargos financeiros do setor público de 1980 a 1985.....	29
3. Figura 3 – indicadores de endividamento externo de 1983-1989.....	31
4. Figura 4 – grau de endividamento das famílias Brasileiras.....	39
5. Figura 5 – percentual de pessoas que não possui condições de pagar as dívidas...40	
6. Figura 6 – Balança corrente.....	44
7. Figura 7 – valores dos pesos.....	47

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ECONOMIA COMPORTAMENTAL.....	10
3. ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO E O ENDIVIDAMENTO DOS BRASILEIROS.....	23
I. ENDIVIDAMENTO DA FAMÍLIA BRASILEIRA.....	35
4. A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA COMPORTAMENTAL E ENDIVIDAMENTO EM OUTROS CASOS DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

A Economia Comportamental estuda como a decisão que antes era exógena, ou seja, dependia do consumidor, passou a ser endógena, quem determina agora é a corporação, portanto retirando do consumidor sua autonomia de escolha, em outras palavras, rompendo com o consumo consciente.

Na economia clássica, os indivíduos, seres racionais e utilitaristas, buscam maximizar seu prazer ao consumir produtos em prol de uma maior satisfação, complementando com a lógica dos marginalistas, em uma economia de escassez, quanto mais o indivíduo tem, menos ele deseja, isto é, ocorre a diminuição da utilidade marginal do produto, padrão este que não é observado na economia atual.

Iniciando a análise e observando que se a população fosse composta por sujeitos econômicos racionais, não ocorreria o consumo compulsivo e por consequência o endividamento, já que o consumidor não seria influenciado por gatilhos mentais que impõem o consumo de mercadorias que, na grande maioria das vezes, não acarretarão o ganho de utilidade esperado.

A grande problemática se dá pela falsa ilusão de controle sobre o consumo que os indivíduos têm, pois a economia capitalista cria a necessidade de um produto no indivíduo através de vieses cognitivos como comportamento de manada, contabilidade mental e excesso de confiança.

Por meio, por exemplo, do comportamento de manada, o consumidor adquire uma mercadoria porque as demais pessoas têm, independente se o será útil ou se cabe no orçamento familiar, fazendo com que o endividamento seja uma realidade cada vez mais frequente tanto entre as famílias brasileiras quanto nas demais regiões do mundo.

Outro exemplo que retrata a vulnerabilidade dos indivíduos a adquirir empréstimos é com a aplicação do viés da contabilidade mental na concessão do crédito, na qual foca-se no valor das parcelas individuais que deverão ser pagas mensalmente e o valor exorbitante ou os juros abusivos pagos ao final são incógnitos.

Acrescentando o viés do excesso de confiança, em que o consumidor acredita que a economia irá melhorar, tanto pessoal quanto nacional e portanto a

crença de que é capaz de pagar o empréstimo sem comprometer o orçamento familiar, torna a realidade das famílias brasileiras preocupante.

Como demonstrado em um estudo do *Serasa Experian*, em 2017 62,2% dos brasileiros estavam com dívidas em atraso e 30 milhões de brasileiros comprometerão toda sua renda com dívidas em breve, o que gerará, por consequência, situações de inadimplência, situação que só tende a agravar.

Será abordado também como o endividamento do Brasil influencia no endividamento da população, através de dados que retratam que o endividamento nacional faz com que o governo aumente os impostos, impactando diretamente na renda dos brasileiros e que políticas expansionistas de desenvolvimento, como o II PND, corroem indiretamente o poder de compra da população pela elevação da inflação.

Entretanto essa conjuntura não é particular do Brasil, os demais países também apresentam endividamentos que abrangem toda a economia de um país, como é observado em Portugal e na crise do endividamento do México que muitas vezes comprometem toda a renda dos indivíduos, o que retrata a necessidade de atenção ao tema.

1. ECONOMIA COMPORTAMENTAL

Há duas ciências que estudam a irracionalidade do indivíduo na tomada de decisão e como este é influenciado: o neuro marketing (junção da neurociência e o marketing) e a Economia Comportamental, ciências estas que coincidem e se complementam em diversos pontos, apenas explicando de formas diferentes o comportamento do consumidor.

O neuro marketing analisa as reações neurológicas que o potencial cliente tem ao estímulo de uma propaganda ou ao consumir o produto, levando em conta, por exemplo, cores e palavras que são mais bem recebidas pelo cérebro. Mais precisamente, como descreveu o autor e pesquisador do comportamento humano, Martin Lindstrom, em sua obra “*A Lógica do Consumo*”:

... O neuro marketing é a chave para abrir o que chamo de nossa “lógica do consumo” – os pensamentos, sentimentos e desejos subconscientes que impulsionam as decisões de compra que tomamos em todos os dias de nossas vidas. (LINDSTROM, 2016, p. 12)

Portando há diversos gatilhos mentais que são utilizados pelo mercado para influenciar o indivíduo a consumir através do neuro marketing, exemplificando três: aplicação de uma narrativa que foca no benefício que o produto (ou crédito pessoal) irá trazer para o consumidor, fazendo com que, através da subjetividade, este se sinta envolvido pela história contada, o denominado “*storytelling*”, termo usual para este mecanismo.

Outro instrumento utilizado na persuasão é o da cor, já que cada uma causa um efeito no cérebro, como o Banco Itaú querendo trazer uma sensação amigável aplicando o tom laranja e de confiança ao utilizar o azul.

Já o Nubank com o roxo e branco traz um efeito de inovação e inteligência pela primeira cor e transparência pela segunda. Outra observação importante é que o preto remete cognitivamente ao luxo, o que explica a cor dos cartões utilizados pelos clientes que os bancos desejam que tenham maior sensação de exclusividade.

Por último, outra forma de aplicação dessa ciência é a utilização de poucas opções de produtos que o cliente possa escolher, pois já foi constatado em diversas pesquisas que ao se deparar com muitas escolhas possíveis, o consumidor tende a não escolher nenhuma.

Também ocorre a utilização de outros gatilhos mentais, com o objetivo de retirar o receptor do pensamento, ou decisão, automáticos, tirando-o da zona de conforto e assim fazendo com que tome uma ação mais rápida. É possível atingir este estado emocional através dos cinco sentidos: visão, audição, tato, olfato e/ou paladar.

Os doze principais gatilhos mentais utilizados pelas marcas são, por ordem alfabética: Antecipação, Autoridade, Comparação, Comprometimento, Comunidade, Curiosidade, Escassez, Novidade, Prova Social, Razão, Reciprocidade e Urgência.

A Antecipação é a estratégia utilizada para expor aos consumidores um produto, suas funcionalidades e o quanto poderá ser útil a estes antes mesmo de iniciarem as vendas, já que dessa forma, a tendência é que logo no lançamento eles já queiram adquiri-lo de antemão.

O gatilho mental da Autoridade refere-se às marcas que são um parâmetro no mercado em que atuam, pois comprar de uma marca já reconhecida no ramo se torna mais fácil, ou seja, quando a empresa tem autoridade sobre o assunto (produto), o indivíduo sente mais confiança para consumir.

Porém, como citou Rolf Dobelli em seu livro *“A arte de pensar claramente”* tem-se que tomar cuidado, já que não significa que a marca seja referência ou que a maior parte da população recomenda, que é o melhor que tem no mercado: “[...] por que um produto seria melhor só porque é “o mais vendido”?” (DOBELLI, 2014, p.21)

Já o da Comparação ocorre quando, normalmente com um bem com alto preço de venda, o cliente é convencido a comprá-lo porque com a utilização do gatilho ele tem uma impressão de que o bem foi praticamente gratuito, visto que quando comparado compensa. É o exemplo de frases como “Dois por um” ou “Na compra da segunda peça, a terceira sai de graça”, utilizadas veementemente no varejo.

O do Comprometimento é mais bem exemplificado como a garantia que as empresas dão pelos bens/serviços. O indivíduo sente maior confiança e assim é agilizado o processo de compra quando a empresa se responsabiliza por eventuais falhas na mercadoria.

Já o da Comunidade é a persuasão do consumidor para adquirir tal produto, pois desta forma ele será pertencente de um grupo- e quanto mais exclusivo este grupo for, melhor- já que é do extinto humano o desejo deste pertencimento.

O gatilho mental da Escassez é um dos mais conhecidos e abordados em diferentes ciências (um dos principais estudados pela Economia Comportamental, constando também na página 11 da monografia), e funciona basicamente porque o ser humano tende a valorizar muito mais o que é escasso, então quando ele entende que poderá ficar de fora de uma oportunidade se não agir rapidamente, o custo-benefício do bem tende a parecer maior.

O da Novidade é a inovação- real ou apenas aparente- que as empresas trazem para seus produtos para que cativa a atenção do cliente e o desejo da compra. Mesmo tendo um produto funcional, quando é lançado outro com novidades e inovações, o cliente tende a acreditar que este segundo é mais vantajoso e terá maior utilidade.

A Prova Social é o convencimento do indivíduo de que o bem ou serviço seja bom e valha a pena adquiri-lo porque este já foi aprovado por outros consumidores. É a utilização de recomendações ou até mesmo filas- se um ambiente estiver cheio, é subentendido que então ele seja bom.

Razão, também é conhecida como o poder do porquê, pois é a demonstração para os futuros clientes dos motivos que este tem para adquirir o bem, por exemplo, mostrando como este bem solucionará o problema dele.

Outro também bastante utilizado é o gatilho da Reciprocidade, pois os seres têm a tendência a retribuir quem fez algo gentil, então as marcas oferecem, por exemplo, benefícios gratuitos aos seus clientes, aparentemente sem querer nada em troca, mas basicamente porque o cliente tenderá a compensar comprando um bem ou serviço da empresa.

Por último, o da Urgência é diretamente ligado ao da escassez, porém focando em um período, assim sendo, para não perder a oportunidade, o consumidor precisa tomar uma decisão rapidamente, já que o produto ou serviço (ou o desconto no preço) é apresentado, por exemplo, como “por pouco tempo”.

Com isso entramos na Economia Comportamental, a qual demonstra que são utilizadas técnicas de persuasão unindo a psicologia e a economia de uma forma que faz com que o indivíduo não tome a decisão mais racional, sem influência e com a maior utilidade, como considera a economia neoclássica.

Lindstrom também colocou em seu livro “*A lógica do Consumo*” a citação do educador e economista comportamental George Loewenstein¹ explicando como funciona a tomada de decisões:

... A maior parte do cérebro é dominada por processos automáticos, e não por pensamentos conscientes. Boa parte do que acontece no cérebro é emocional, e não cognitivo. (LINDSTROM, 2016, p. 39)

Os principais vieses cognitivos que ocorrem e podem causar o endividamento são: comportamento de manada; aversão ao risco e a perda; contabilidade mental, otimismo e excesso de confiança. Ressaltando que, são em casos em que não se trata de uma doença, como a oniomania (doença do consumo compulsivo).

Portanto, ao se ter conhecimento de todos os vieses e como eles podem atrapalhar o julgamento racional do consumidor, este ficará mais atento e conseqüentemente não será tão influenciado quando estas estratégias forem utilizadas pelos comerciantes, fazendo com que, desta forma, tenham um consumo mais consciente conforme suas necessidades e sua renda.

Existem diversos cientistas ou professores e entidades estudando sobre a persuasão e fornecendo “passos” a serem seguidos para como conseguir convencer o consumidor no momento da negociação.

Como é o caso do professor e psicólogo Robert Cialdini, mais conhecido pelo seu livro “*As Armas da Persuasão*”, onde descreve os seis princípios chave: Afeto, Aprovação Social, Autoridade, Coerência, Compromisso, Reciprocidade e Escassez.

Também é o caso do *Behavioural Insights Team*, organização mundial sediada no Reino Unido, que estuda a aplicação da Economia Comportamental em políticas públicas, como é o caso da criação da estrutura denominada *MINDSPACE*, acrônimo para os nove insights comportamentais: Mensageiro, Incentivos, Normas, Default (tendência pelo padrão), Saliência, Priming (exposição), Afeto, Comprometimento e Ego.

No caso do Brasil, o *GNova*, laboratório com o mesmo objetivo da organização citada acima, criou um conjunto de doze cartas utilizando o acrônimo *SIMPLESMENTE*, sendo os nove insights do *MINDSPACE*, somando com Simplificação, Modelos Mentais (segundo “M” da palavra) e Escassez (último “E”

¹ Formado na Universidade de Yale e Brandeis é autor dos livros “*Intertemporal Choice*” e “*Exotic Preferences: Behavioral Economics and Human Motivation*”

da palavra). O insight Compromisso corresponde a Lembrete, Afeto a Emoção e Default a Tendência pelo padrão, neste caso.

Utilizadas com o objetivo de solucionar problemas governamentais, a explicação dessas aplicações da Economia Comportamental é voltada a esse intuito, por exemplo, a Simplificação é a demonstração de que a grande burocracia que envolve os processos governamentais prejudica a sociedade, visto que os seres humanos têm capacidades limitadas e tendem à procrastinação.

O Incentivo é a percepção das reações que os indivíduos podem ter aos incentivos governamentais e focar no que é mais aceito, por exemplo, de que eles sentem mais dor quando perdem do que prazer quando ganham: o viés do excesso de confiança- explicado na página 11 da monografia).

O Mensageiro retrata que quem transmite a informação impacta diretamente na aceitação desta; já o Priming refere-se à influência que as pessoas podem sofrer inconscientemente, por cores, sons ou palavras, fazendo com que tenham comportamentos ou tomem decisões com base nesses estímulos anteriores.

Compromissos (ou Lembretes) é a tentativa de manter o público focado em seus objetivos (ou do governo), pois com a limitação no processamento de informações pode ocorrer, com o tempo, decisões que não visam mais este objetivo.

Afeto (ou Emoção) é a explicação de que as emoções e os estados de humor influenciam diretamente na decisão, algo que precisa ser fortemente considerado nas políticas públicas.

A Saliência refere-se à limitação dos seres humanos em focar no que é novo ou no que pode ativar o extinto de sobrevivência e os Modelos Mentais é a percepção de que a cultura, a realidade vivida e a história de cada indivíduo afetam sua decisão, portanto é importante notar se uma política criada por um realmente abrange os problemas de uma maioria.

O Ego demonstra que as atitudes e decisões tomadas pelas pessoas são visadas em fazer com que se sintam melhores sobre si mesmas. Normas corresponde, em certo ponto, ao comportamento de manada, pois retrata que o cidadão tende a seguir as ações dos outros.

Default (ou Tendência pelo Padrão) estuda que os indivíduos tendem a se manter em inércia, escolhendo assim a opção padrão, já que desta forma utiliza

menos o lado mais analista do cérebro, poupando assim energia. E, por último, a Escassez, já explicada anteriormente.

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo que esses insights são importantes, o ser humano guarda, ao longo do tempo, mais a mensagem transmitida do que o mensageiro em si, como descreveu Dobelli muito bem em seu livro “*A arte de pensar claramente*”, se referindo as propagandas do governo dos Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial, que tinham como objetivo cativar a nação:

[...] seu cérebro esquece rapidamente de onde veio a informação (p. ex., do Ministério da Propaganda). Enquanto isso, a mensagem em si (ou seja, a guerra é necessária e nobre) desaparece devagar, ou até permanece. Portanto, informações que derivem de fontes não confiáveis ganham credibilidade ao longo do tempo. (DEBELLI, 2014, p. 222)

Não se tem uma data certa de quando começou o estudo da Economia Comportamental, porém os especialistas afirmam que, em seu livro *Teoria dos Sentimentos Morais* (SMITH, 2015), Adam Smith já abordava algumas de suas principais teorias ao utilizar a psicologia para explicar a economia.

Na economia neoclássica os agentes econômicos são seres perfeitamente racionais, ou seja, tomam a melhor decisão baseada na maximização da utilidade, nunca foi considerada na equação que o indivíduo pode ter uma distorção perceptual, seja por não ter acesso a todas as informações precisas para tomar a decisão perfeitamente racional, seja por influência ou simplesmente pela preferência do consumidor ser mutável, e a economia comportamental veio para incluir esta variável na equação.

Até porque esta economia analisa três diferentes utilidades que o ser humano tem ao tomar a decisão de adquirir um produto ou decisões no geral: a primeira etapa sendo a Utilidade Esperada, a segunda a Experimentada e por último a Lembrada.

A Utilidade Esperada é o que o indivíduo tem como objetivo ao tomar a decisão, isto é, o que deseja e espera que aconteça. A Experimentada é a sensação que ele realmente teve no momento que viveu a consequência (ou experiência) da decisão tomada (durante todo o período).

Já a Utilidade Lembrada é o que se guarda da consequência, sendo essa diferente da Experimentada, porque o que o indivíduo lembra não corresponde a tudo o que realmente aconteceu, tem-se uma limitação que o ser humano só

lembra a sensação que teve no pico da experiência (podendo ser prazerosa ou dor) ou o momento final.

Vale ressaltar que este estudo da economia não é uma quebra de paradigma, como descreveu bem o professor de economia da USP, Sérgio Almeida, em seu artigo “*Economia Comportamental e as contribuições de Richard Thaler- um breve resumo*”, publicado no Jornal da USP em 2017:

Primeiro porque os trabalhos mais influentes na área abraçam os pressupostos metodológicos do *mainstream* da profissão — (a) o individualismo metodológico; (b) articulação de hipóteses em um modelo matemático; (c) derivação lógica das implicações dessas hipóteses; e (d) teste empírico cuidadoso tanto das hipóteses quanto das conclusões do modelo. (ALMEIDA, 2017)

Com isso, conclui-se que o estudo dessa ciência mais atual busca apenas aperfeiçoar os modelos, incluindo comportamentos mais realistas que não tinham sido observados e estudados na época.

Como em seu livro “*Misbehaving*”, Thaler explica que, conforme a teoria clássica, os Econs- também chamados de homens econômicos- têm desejos e preferências conscientes e cem por cento racionais, conforme sua colocação:

A premissa centra da teoria econômica é que as pessoas escolhem por otimização. De todos os bens e serviços a adquirir, uma família opta pelo melhor dentro de suas possibilidades de compra. Mas ainda, presume-se que as crenças que motivam as escolhas dos Econs sejam imparciais. Isto é, nós escolhemos com base naquilo que os economistas chamam de “expectativas racionais”. Se pessoas começando um novo negócio acreditam que sua chance de dar certo é, em média, de 75%, então esta deve ser uma estimativa boa do número real de negócios que dão certo. Os Econs não incorrem em excesso de confiança. (THALER, 2019, p. 17)

Porém, foi só a partir de 1950 que Herbert Simon², com o termo “racionalidade limitada” defendeu que se deve considerar a limitação cognitiva do indivíduo no momento de tomada de decisão e que, devido a isso, não é possível considerar que os agentes são perfeitamente racionais.

Já, a partir da década de 1970, a economia começa a aceitar que os modelos propostos pela economia neoclássica não são totalmente aplicáveis à realidade devido a esta limitação cognitiva e, com isso, dois grandes trabalhos foram feitos, *a Teoria da Perspectiva*, dos psicólogos Daniel Kahneman e Amos

² Economista estadunidense, ganhou o prêmio Nobel de Economia em 1978. Autor de mais de 35 livros, dentre eles “*Comportamento Administrativo*”.

Tversky, e o *Toward a Positive Theory of Consumer Choice* (em tradução livre *Rumo a uma Teoria Positiva da Escolha do Consumidor*), do economista Richard Thaler, os quais buscam corrigir exatamente essa defasagem que ocorre na economia neoclássica.

Em *a Teoria da Perspectiva*, Kahneman analisa que as pessoas reagem de formas diferentes a perder e ganhar, isto é, elas tentam evitar a perda mesmo que possa resultar em um maior ganho futuro. Por exemplo, se o indivíduo puder escolher entre ganhar \$50 imediatamente ou participar de uma aposta que há 50% de chance de ganhar \$100 ou não ganhar nada, o indivíduo tende a escolher os \$50 imediatos, tendo assim uma aversão ao risco.

Com isso, chegaram à conclusão de que a perda tem um impacto emocional maior que o ganho e utilizam três teorias para explicar essa tomada de decisão: a certeza, que ocorre quando a pessoa opta por um ganho certo, porém menor, do que correr riscos. Rever as margens e o avanço da 1ª linha.

Como também escreveu Rolf Dobelli em seu livro "*A arte de pensar claramente*": "Está empiricamente comprovado que, do ponto de vista emocional, uma perda pesa cerca do dobro de um ganho da mesma proporção. A ciência chama isso de aversão à perda." (DOBELLI, 2014, p. 107)

A aversão à perda, que explica que se ganhar uma quantia x e perder 20% dessa quantia, por exemplo, o indivíduo focará mais nos vinte por cento que perdeu, mesmo que na realidade ele continuou com um saldo positivo ($x-20\%$).

O terceiro é o de probabilidades pequenas, o qual refere-se a tendência de atribuir maior peso aos eventos com baixas probabilidades de acontecerem do que os com maior probabilidade, o que pode fazer com que tomem decisões super arriscadas.

Já em *Teoria Positiva da Escolha do Consumidor* Thaler também retrata que os consumidores agem de forma diferente da teoria econômica ortodoxa, não podendo, assim, fazer boas provisões de comportamento.

Para ele, apenas quando o problema for consideravelmente simples que o ser humano se comportará conforme a teoria clássica, do mais deve-se usar a teoria do prospecto (explicado anteriormente).

A partir de então o campo da economia comportamental vem sendo cada vez mais estudado e difundido, como por exemplo o livro *Nudge: o Empurrão para a Escolha Certa* (SUNSTEIN; THALER, 2008), que fala sobre a teoria do

incentivo, isto é, como é possível dar um “empurrãozinho” para que a população tome melhores decisões, mas sem tirar delas a liberdade de escolha.

Aplicações práticas deste mecanismo são utilizadas também pelos Estados na tentativa de incentivar a população a tomar uma atitude que seja de benefício próprio ou que beneficiará a sociedade no geral.

Como na Espanha, o governo cadastrou todos os habitantes na lista de doadores de órgãos, mas sem tirar a liberdade deles, já que estes poderiam se descadastrar no momento que quisessem.

Ao facilitar a pessoa a ser um doador, tirando todas as burocracias e empecilhos, notou-se que o número de descadastrados foi bem menor do que a quantidade de pessoas que antes não estavam na lista de doação.

Outro caso ocorreu nos Estados Unidos, quando Richard Thaler alterou a forma de adesão da aposentaria, tornando de voluntária para automática (mais uma vez facilitando o processo à população).

Todos os novos colaboradores eram cadastrados automaticamente no plano de aposentadoria, podendo, mais uma vez para manter a liberdade de escolha, se descadastrar do programa no momento que quisesse. O resultado foi semelhante ao da Espanha, já que a adesão foi enorme.

Também tem mais dois livros que foram de grande importância para a disseminação do estudo sobre esta economia, o primeiro, do autor já citado anteriormente, *Rápido e Devagar: Duas formas de pensar* (KAHNEMAN, 2011), o qual conta sobre dois sistemas: o sistema 1 que pensa mais rápido, é intuitivo e movido por emoções; e o sistema 2 que é relativamente mais lento, ponderado e racional, e como, no dia-a-dia, a maior parte das decisões que o agente toma é a partir do sistema 1 e como isso pode prejudicar uma boa tomada de decisão, em suas palavras:

[...] não se pode confiar na intuição na ausência de regularidades estáveis no ambiente (KAHNEMAN, 2011, p. 372)

Fez-se uso de uma analogia à explicação desses sistemas, sendo o sistema 1 um indivíduo montado em um elefante, e o sistema 2 correspondente ao animal, pois o indivíduo tem a capacidade de analisar os caminhos possíveis ao redor, decidindo para onde ir, porém é o elefante que, em geral, está no controle. Portanto, demonstra que o que dará mais resultado é alterar o ambiente do indivíduo e não sua mentalidade.

Já o segundo livro é mais recente, também do autor Thaler, citação já mencionada na página sete desta monografia, *Misbehaving: a Construção da Economia Comportamental* (THALER, 2015), relata como os indivíduos se comportam fora dos padrões determinados pela economia neoclássica, e analisa diversos vieses cognitivos que demonstram como estes agem, muitas vezes, pela emoção e não pela razão.

Vieses cognitivos são distorções que ocorrem no julgamento devido a fatores externos (influência), o que faz com que as pessoas não sejam perfeitamente racionais no momento da tomada de decisão, podendo ser prejudicial de tal forma que atrapalhe seu consumo versus sua renda, tendo potencial, por consequência, de causar o endividamento.

Os principais vieses que podem causar o endividamento são: comportamento de manada, o qual ocorre quando o indivíduo tem que comprar algo só porque está na moda, independente se combina com ele ou não, e muitas vezes independente se tem orçamento para isso.

Viés de aversão ao risco e a perda: é a intuição que temos sobre perder um determinado valor “x” ser mais aversivo do que ganhar este mesmo valor, tendo potencial de causar o efeito do custo zero, que é quando o indivíduo troca um bem por outro apenas porque este outro tem um brinde, podendo ser ainda mais prejudicial quando adquire-se o bem apenas pelo brinde, ou seja, sem haver real necessidade, o que pode prejudicar a renda, pois a partir deste viés tem-se a sensação de não estar perdendo nada, o que não é real.

No viés da contabilidade mental, as pessoas utilizam o dinheiro de formas diferentes, dependendo da origem, das expectativas do uso dele ou a sua forma, por exemplo, o cartão de crédito dissocia a mente do pagamento, podendo surpreender o consumidor no final do mês ao ver que o que gastou é superior à sua renda.

Já o viés do otimismo ocorre quando o indivíduo superestima a probabilidade de viver eventos positivos no futuro e subestima a probabilidade de eventos negativos (subestima-se assim os riscos), porém isto pode ser prejudicial pois as pessoas podem contrair um empréstimo por acreditar que no futuro as condições serão melhores e não considerando que, se ocorrer algum evento negativo, este empréstimo pode comprometer sua renda de tal forma que prejudicará seu padrão de vida ou o tornando inadimplente.

Isso ocorre porque o ser humano tende a focar no melhor resultado possível, sem levar em consideração a estatística de realmente conseguir este resultado. É o caso, por exemplo, da loteria, já que se aposta na Mega Sena R\$4,50 focando apenas no ganho, R\$50 milhões, exemplificando, R\$50 milhões.

Para que isso não ocorra, é importante sempre calcular o Valor Esperado, que é igual a probabilidade de conseguir o melhor resultado multiplicado pelo melhor resultado. Utilizando o exemplo acima e supondo que a probabilidade de ganhar seja de uma entre 50 milhões (como consta na maioria dos sites de investimento), então o cálculo seria: $1/50mi \times 50mi = 1$. Com esse resultado, chega-se à conclusão de que não compensa, estatisticamente, jogar na Mega Sena, já que R\$1,00 é menor que R\$4,50, ou seja, paga-se um valor maior do que o considerado justo (que seria comprar a aposta por R\$1,00).

O viés do excesso de confiança tem o mesmo perigo do viés do otimismo, pois sua diferença é que enquanto o penúltimo visa características exógenas, o excesso de confiança provoca um comportamento arriscado por fazer com que o indivíduo confie demais em si (e conseqüentemente no pagamento de suas dívidas).

Este último pode ser relacionado ao viés da confirmação, pois o ser humano tende a viver dentro de uma “bolha” lendo- notícias e livros, por exemplo- e convivendo com pessoas que confirmem (concordem) com a sua opinião, ou seja, não tende a ter contato com as outras opiniões possíveis.

Portanto, da mesma forma que as pessoas podem usar esse conhecimento para tomarem melhores decisões econômicas, atentando-se para evitar atitudes mais irracionais ou emocionais, as empresas aplicam estratégias de marketing visando estimular a decisão de compra do indivíduo.

Este estímulo ocorre através, por exemplo, do marketing de escassez, isto é, quando as empresas tentam despertar um senso de urgência por estarem vendendo um item limitado ou através do remarketing, assim dizendo, ocorre quando ao pesquisar por um artigo em específico, artigos similares ou itens da mesma loja procurada ficam aparecendo na internet ou em redes sociais a fim de manter o desejo de aquisição vívido na mentalidade do consumidor.

No caso da Apple, por exemplo, multinacional norte-americana, cuja só no primeiro trimestre de 2022 obteve uma receita de US\$129,9 bilhões, conforme consta no site, tem toda a fama e aumentos crescentes na receita porque

utiliza diversos vieses. Primeiro, o foco é vender a experiência de ter a maior das inovações na palma das mãos, ou seja, um conceito e não somente o produto em si.

Depois, ela prioriza trazer uma maior satisfação ao cliente, já que isso tem por consequência uma maior lealdade, o que é comprovado quando observado que seu NPS- métrica para avaliar o nível de satisfação do cliente- é um dos maiores.

Por último, o fato deles lançarem novos produtos anualmente e atualizações constantes, muitas vezes até inviabilizando o uso dos aparelhos mais antigos, faz com que desperte nos consumidores o viés da urgência, pois assim estes sempre têm que se manter atualizados, consumindo sempre os produtos da marca.

Além de muito utilizados pelos comerciantes para influenciar o consumo dos clientes, as instituições financeiras também fazem uso destes vieses em suas propagandas sobre crédito pessoal, como é o caso do Itaú (maior banco do Brasil); Santander (quinto maior) e Nubank (maior banco digital do Brasil).

O Itaú, em seu comercial de 2020, utilizou o slogan “*Até 90 dias para pagar e o dinheiro cai na hora*”, faz uso de dois vieses, o do presente e o do desconto hiperbólico, o primeiro pois o indivíduo tem maior preferência a recompensas no momento presente, ou seja, é muito atrativo o dinheiro caindo “na hora”, já o segundo o desconto não é consistente com o tempo, pois quando as recompensas se encontram distantes no tempo deixam de ser valiosas para o indivíduo, sendo assim, o fato de pagar até 3 meses depois do dia que recebeu o dinheiro faz com que este sinta que é uma boa oportunidade, tendo a impressão que o juros não é tão alto.

Já o Santander utilizou, no ano de 2021, os slogans: “*O Santander é o banco mais procurado no Google para crédito*”, ou seja, querendo invocar no cliente o comportamento de manada; sendo o segundo slogan utilizado na mesma propaganda o “*Único que empresta com até seis anos para pagar*”, também utilizando o viés do desconto hiperbólico citado anteriormente.

O Nubank, que começou a conceder crédito pessoal em 2019, utilizou o Nudge Opção Padrão para a divulgação, pois quis demonstrar que para o indivíduo contratar o empréstimo nesta instituição só precisava de um “empurrãozinho”, mostrando que é fácil e pouco burocrático, já que utilizou o slogan “*Você faz a contratação em poucos toques e seu dinheiro cai na conta na*

hora”, além de diversos vídeos no YouTube mostrando como solicitar o crédito e o que são os juros envolvidos.

2. ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO E O ENDIVIDAMENTO DOS BRASILEIROS

A gerência de endividamento brasileiro sempre suscitou grandes debates econômicos no país, tanto por impacto direto nas contas, ou simplesmente pelo surgimento de temores sobre uma eventual insustentabilidade no longo prazo, de tempo em tempos.

Por conta das mudanças políticas macroeconômicas vividas pelo país desde o plano real, a eventual sustentabilidade do endividamento brasileiro deixou de ser premente diante da atual situação econômica, mas o mesmo não ocorre quando se trata do impacto fiscal da dívida sobre as contas.

Em contextos internacionais a crise financeira renovou possíveis interesses econômicos sobre o tema de endividamento trazendo consigo inúmeros desafios de política econômica, suscitando a discussão e as respectivas respostas das autoridades fiscais e monetárias.

Com isso, a crise obteve outros impactos importantes sobre a economia que originaram o movimento de migração de um vasto volume de capital das economias centrais para uma economia periférica, pela prevalência de baixo recorde de juros, com baixa perspectiva de crescimento ocasionando temor do crescimento do endividamento.

Já em outro cenário a contínua da melhora do cenário do Brasileiro junto aos investidores por conta de fatores como por exemplo a estabilidade política, social e econômica além das perspectivas de crescimento e da demografia, que são sustentadas por uma vasta gama de recursos naturais.

Contudo as transformações da economia capitalista internacional e da economia brasileira ao longo dos anos foram extremamente responsáveis por criar inicialmente um forte crescimento econômico, principalmente após as reformas estruturais realizadas pelos militares que elevou a capacidade do governo de intervir na economia, bem como também o aumento a influência do capital estrangeiro na economia nacional.

Essa abertura ao capital estrangeiro foi responsável por endividar o país e, posteriormente, foi a principal razão para o modelo de desenvolvimento nacional que se constituiu baseado na substituição de importações se visse travado.

Para que fosse possível manter o modelo de industrialização por substituição de importações funcionando, após acontecer o aumento do petróleo, o Brasil se endividou fortemente as taxas flutuantes, tornando vantajosas as taxas internacionais apesar de também serem flutuantes.

Mas foi durante o período do governo ditatoriais militares que o endividamento brasileiro experimentou o crescimento, se acentuando no período histórico do chamado milagre econômico, o primeiro governo militar foi marcado pela aplicação do plano econômico de cunho ortodoxo.

Os principais objetivos declarados do programa de ação econômica do governo eram o combate gradual à inflação e a expansão das exportações e também a retomada de todo o crescimento econômico, entretanto a política econômica assumiu uma forte orientação nitidamente restritiva.

Pois o governo enfrentou um cenário econômico de total desequilíbrio monetário e externo, em linha gerais os governos seguintes, mesmo durante todo o período denominado de milagre econômico, continuaram seguindo as orientações estabelecidas e dadas, na época que houve a criação da implantação do Programa de Ação Econômica do Governo.

A partir de obter o diagnóstico de que a inflação na economia do Brasil tinha por principais causas os sucessivos déficits governamentais e contínuas pressões salariais propostas pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo).

Pois esses diagnósticos, os reiteradores déficits governamentais, foram responsáveis por alimentar a expansão de toda a base monetária, onde funcionavam as pressões por aumento salarial, mediante a isso foi proposto algumas ações a serem tomadas.

IV- Um programa de ajuste fiscal baseado em metas de crescimento de receita (aumento da arrecadação tributária e aumento da arrecadação via tarifas) e de corte de despesas governamentais;

V- Um orçamento monetário com taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamento;

VI- Controle de crédito ao setor privado, impondo limites ao crescimento do crédito total com taxas de expansão do crédito ao setor privado iguais àquelas impostas ao controle dos meios de pagamento;

VII- Um mecanismo de correção salarial que levasse em consideração a manutenção, durante o período de vigência de cada reajustamento, do salário médio do biênio anterior, acrescido da porcentagem do acréscimo de produtividade. Inicialmente o novo modo de ajustar os

salários foi imposto ao setor público, sendo levado ao setor privado a partir de 1966. (LEITE, 2018, p. 32)

Sendo assim as reformas puderam ser resumidas da seguinte maneira, reforma tributária, reforma da política externa, reforma monetária-financeira, tornando-se as principais medidas de reforma na economia brasileira fazendo parte a adoção da correção monetária no sistema tributário, buscando desestimular os atrasos nos pagamentos dos impostos, maior centralização dos impostos na mão da União e introdução dos impostos tipo valor adicionado.

Quando a reforma monetária-financeira as principais medidas impostas pelo governo foram a criação de obrigações reajustáveis do tesouro nacional o que em tese garantia o financiamento do governo sem inflação, a instituição de correção monetária, a criação do conselho monetário nacional e do banco central.

Como também a criação do sistema financeiro de habitação e o banco nacional de habitação, que são financiados pelo sistema de recursos FGTS e da caderneta, também houve uma reformulação dos mercados de capitais, reforçando a bolsa de valores com um importante empreendimento.

Com a reforma da política externa buscou-se estimular e tornar diversas as exportações, através de incentivos fiscais, de toda a modernização dos órgãos públicos ligados ao comércio exterior e a criação de medidas no qual facilitaria a entrada de capital estrangeiro como ocorreu no caso da renovação da lei no que limitava as remessas de capitais ao exterior.

As mudanças estruturais feitas durante o período que precede o milagre econômico, foram responsáveis por fazer o PIB (produto interno bruto), brasileiro crescer a taxas médias de 11,1% a.a. de 1968, aproximadamente, a 1973, no período anterior de 1964 a 1967, onde sua taxa de crescimento médio do PIB foi de 4,2% a.a.

Contudo, o crescimento do PIB durante o período veio com as taxas de crescimento do PIB em 1968 foi de 9,8%, atingindo a impressionante patamar de 14% de crescimento, entretanto foram notadas que a inflação em 1968 era de 25,5% chegando a 15,6% em 1973, apontando que o período do milagre econômico foi marcado do PIB acentuado, mas acarretando um declínio da taxa de inflação.

Notadamente a partir de 1968, quando houve iniciativa do período chamado de milagre econômico, foram marcados por crescentes déficits no saldo

da balança comercial e também em sentido oposto com crescentes cooperativas em todo o saldo da balança comercial.

Já em 1973 que foi considerado o ano do fim de período milagre econômico, registrou déficit no saldo da balança comercial com aporte de 2.085 milhões de dólares, nos demais anos os sucessivos déficits no saldo da balança comercial foram registrados cerca de 364 milhões de dólares, 839 milhões de dólares, 1.688 milhões de dólares.

No ano de 1968 registrou-se o saldo de pagamento no aporte de 97 milhões de dólares, chegando em 1973 a registrar o saldo positivo da balança de pagamento de 2.380 milhões de dólares, nos outros anos os saldos foram superavitários.

Os saldos positivos na balança de pagamento podem ser creditados a maciça entrada de capitais estrangeiros, seja ele investimento estrangeiros direto, seja pela busca de maior rentabilidade do recém estruturado ou o sistema financeiro brasileiro.

Em termos de crescimento da dívida pública o período do milagre econômico e posteriormente a da aplicação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), precisa ser entendido como um momento de crescimento do endividamento público externo.

Em 1968 foram pagos juros e amortização de dívidas externas estimando um valor de 2,513 bilhões de dólares, no qual demonstrou uma enorme dívida externa nacional no período, a prova de que o endividamento brasileiro durante a década de 70 foi aumentada e a constatação de que apenas 5 anos após 1973 o estado brasileiro já pagou de juros de amortização da dívida pública totalizando uma quantia de 8,668 bilhões de dólares.

Com o passar dos anos a dívida externa do estado brasileiro foram crescentes como mostrados antes a dívida externa de 1968 em relação ao PIB correspondia a 11,07%, mas no ano de 182 a dívida externa já correspondia a 31,45% como mostra a figura 1.

Figura 1 – indicadores de endividamento externo de 1968 a 1982

Ano	Déficit transações correntes/PIB (%)	Déficit transações correntes /exportações (%)	Dívida externa/PIB (%)	Dívida externa/exportações (%)	Juros líquidos/exportações (%)	Necessidade global financiamento externo (NGFE) (US\$ milhões)	NGFE/PIB (%)	NGFE/reservas (%)	Juros brutos + amortizações (US\$ milhões)
1968	1,49	27,01	11,07	200,96	7,66	992	2,91	386,44	638
1969	0,75	12,16	11,78	190,55	7,88	774	2,07	118,08	697
1970	1,32	20,52	12,44	193,33	8,54	1.234	2,90	103,96	956
1971	2,66	45,08	16,85	285,25	10,40	2.159	4,39	125,30	1.194
1972	2,53	37,23	19,51	287,24	9,00	2.688	4,58	64,26	1.691
1973	2,01	27,23	17,67	239,66	8,29	3.360	4,00	52,38	2.513
1974	6,45	89,58	18,15	251,95	8,13	9.043	8,19	171,62	3.284
1975	5,16	77,28	19,34	289,69	17,28	8.872	6,83	219,61	4.035
1976	3,93	59,41	20,88	317,38	17,87	9.004	5,85	137,59	5.078
1977	2,28	33,31	21,41	313,12	17,26	8.098	4,57	111,60	6.522
1978	3,47	55,22	25,94	412,27	21,30	12.314	6,12	103,52	8.668
1979	4,81	70,46	24,97	366,06	27,46	17.126	7,66	176,76	11.733
1980	5,39	63,61	27,02	319,11	31,35	17.817	7,49	257,74	12.467
1981	4,54	50,38	28,61	317,53	39,33	17.976	6,95	239,46	16.547
1982	6,01	80,84	31,45	422,82	56,27	23.262	8,58	582,43	19.503

Fonte: LEITE (2018, p. 35)

O inesperado foi o crescimento acentuado de um indicador que tinha como denominador variável, onde na época do milagre econômico, as taxas cresceram em média 11% ao ano, mesmo com o crescimento acelerado do PIB o endividamento externo cresceu com o dobro de velocidade, possuindo um resultado de crescimento do índice mesmo em cenário econômico de aumento de produto interno bruto.

Já no final de 1960 o modelo de industrialização por substituição de importações guiada pelo estado estava em dificuldade, desde então o governo brasileiro vem lutando contra as consequências das dificuldades impostas pela elevação da taxa de juros e da crise econômica que segue.

Já no final da década de 1970 era extremamente impossível conciliar meios de buscas para promover o crescimento econômico e ao mesmo tempo controlar os gastos público para combater a inflação, contudo a gestão do novo ministro com um conjunto de medidas para o ajuste do financiamento, com a carga fiscal e eliminação subsídios.

Mas foi no ano de 1979 que se obteve um marco inicial de um longuíssimo processo de luta contra todo o descontrole de dívida causadas pela elevação absurda, o Brasil durante a década de 1980 foi obrigado a frear o seu modelo de desenvolvimento para poder quitar os juros e os encargos da sua enorme dívida, possuindo dificuldade de refinar sua dívida pública contudo a uma verdadeira descrença no estado, prevalecendo o discurso do estado ineficiente e sugador de imposto.

Com a crise dos anos 80, agora, proclama-se que o Estado faça sua parte e abra mão de seu patrimônio público, para concentrar-se em suas verdadeiras atividades e funções, suprimindo falhas de mercado em uma economia aberta, moderna e competitiva. (LEITE, 2018, p. 36)

O enxerto mostra bem as transformações do discurso a respeito do estado, pois o estado valoriza como único capaz de coordenar o complexo capitalismo sistemático, com isso o estado brasileiro se tornou um paquiderme sugador do modesto contribuinte, sendo ineficiente em gerir negócios capitalistas.

O alto endividamento externo brasileiro ocasionado durante o período denominado de milagre econômico e durante a implantação II PND, cobrou sua conta na década de 80, após ocorrer a mudança de política monetária do EUA (Estados Unidos das Américas), com a elevação das taxas de juros de seis títulos públicos, o cenário que era favorável aos países em desenvolvimento passou a ser desfavorável.

Na época do milagre e da implementação do II PND o governo brasileiro captava alguns recursos nos mercados internacionais a taxa flutuantes, no entanto a enorme liquidez dos mercados de capitais na Europa, mas as taxas de juros não eram excessivas.

Desta forma possibilitou o financiamento da industrialização do Brasil em um projeto onde o capital estrangeiro possuía um papel extremamente importante, no entanto com a taxa súbita de elevação dos juros dos títulos do tesouro dos EUA os contratos internacionais passam a cobrar taxas de juros maiores que as anteriores, incapacitando novos empréstimos a serem feitos no mercado financeiro e rolagem da dívida.

Isso acabou se agravando com a moratória do México no fatídico ano de 1982, durante este período os indicadores do endividamento público brasileiro

mostraram um descontrole primordialmente após a moratória de 1983, os encargos de dívida interna do setor público consolidado em relação ao PIB correspondiam em torno de 0,76% do PIB.

No ano seguinte estes encargos já representavam em torno de 1,08%, evidenciando um enorme salto em apenas um ano, a partir de 1982 a 1985, foram os anos de grande crescimento desses indicadores, onde o maior salto foi referente ao ano de 1983, consolidando os encargos de dívida interna do setor público passando de 1,61% a 3,355 do PIB.

Já os encargos da dívida externa consolidado em relação ao produto interno bruto, com crescimento destes indicadores eram considerados menos impressionante que dos encargos de dívida externa consolidado do setor público, relacionado ao produto interno bruto.

Os encargos da dívida externa estavam consolidados em 0,36% do produto interno bruto, sofrendo uma redução de 0,21 em 1981, mas no ano de 1982 houve um aumento novamente de 0,43% do PIB, já em 1983 o crescimento deste indicador chegou a 1,05% como uma queda considerada em 1984 de 0,55% do PIB como indica a figura 2.

Figura 2 - encargos financeiros do setor público de 1980 a 1985

Discriminação	Percentual do PIB					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Setor público consolidado						
Dívida interna	0,76	1,08	1,12	1,61	2,44	3,35
Dívida externa	0,36	0,28	0,43	1,05	0,55	1,14
Empresas estatais federais						
Dívida interna	0,20	0,56	0,51	0,57	0,47	0,54
Dívida externa	0,66	0,76	1,35	1,71	2,07	2,00

Fonte: LEITE (2018, p. 38)

Há ainda a ser analisado um segundo grupo das empresas estatais e federais, onde seus encargos de dívida interna destas empresas passaram 0,20% em 1980 para 0,54% em 1985, sendo válido ressaltar que o crescimento não foi continuo caindo em torno de 0,56% a 0,51% em 1982.

No entanto tornou a crescer em 1983 para uma porcentagem de 0,57% do PIB, já em 1984 foi registrado uma nova queda desse indicador para 0,47% do PIB, retomando o crescimento desses indicadores para 0,54% do PIB, quanto aos seus encargos de dívida externas das empresas estatais federais mostrou que houve crescimento desses indicadores.

Entretanto, os indicadores dos encargos da dívida interna do setor público das empresas estatais federais em relação ao PIB, não ocorreu oscilação, mas sem crescimento contínuo, com exceção do ano de 1985 onde ocorreu uma ligeira queda.

Em 1980 os encargos financeiros da dívida pública internam de todo o setor público em percentual do PIB eram de 0,66%, alcançando um patamar de 0,76% do PIB em 1981, já no ano de 1982 o indicador em discussão correspondeu a 1,35% do PIB, passando nos anos seguintes, correspondendo assim cerca de 1,17% do PIB, 2,07% do PIB e decaindo em 1985 para 2,00%.

A década de 1980 marcou como década perdida por ter passado um período de crescimento baixo se comparado ao período anterior, o desenvolvimento econômico do Brasil foi extremamente prejudicado em função do endividamento herdado da década de 1960 e 1970.

Do ponto de vista sobre o endividamento externo pode-se ver que a década de 80 foi marcada pela melhoria de muitos dos indicadores, que aumentou continuamente a rubrica de juros brutos e amortização, no ano de 1983 juros sobre a amortização alcançou um total de 17,126 bilhões de dólares atingindo um pico de 27,678 bilhões de dólares em 1988 como mostra a figura 3.

Figura 3 – indicadores de endividamento externo de 1983-1989

Ano	Déficit transações correntes/PIB (%)	Déficit transações correntes/exportações (%)	Dívida externa/PIB (%)	Dívida externa líquida/PIB (%)	Dívida externa/exportações (%)
1983	3,61	31,22	49,38	44,76	427,21
1984	-0,02	-0,17	53,78	44,80	377,85
1985	0,11	0,94	49,8	41,78	410,02
1986	2,06	23,73	43,07	39,29	496,87
1987	0,51	5,48	42,92	38,85	462,07
1988	-1,37	-12,36	37,43	32,87	338,67
1989	-0,25	-3,00	27,77	24,26	335,94

Ano	Necessidade global financiamento externo (NGFE) (US\$ milhões)	NGFE/PIB (%)	NGFE/Reservas (%)	Juros brutos + amortizações (US\$ milhões)	Juros líquidos/exportações (%)
1983	13.700	7,23	300,25	17.126	43,63
1984	6.423	3,39	53,55	17.917	37,78
1985	8.732	4,14	75,23	19.730	37,67
1986	16.851	6,54	249,27	21.792	41,73
1987	15.256	5,40	204,55	23.139	33,53
1988	12.912	4,22	141,27	27.678	29,10
1989	13.516	3,25	139,65	25.486	28,02

Fonte: LEITE (2018, p. 39).

Apesar de haver melhora dos indicadores relacionados com o endividamento externo brasileiro o grande fluxo de capitais que saiu do país, em direção ao estrangeiro pode ser creditado como um dos principais fatores da crise econômica vivida pelo Brasil ao longo da década.

A herança que foi deixada pelos militares pode ser considerada boa por um lado pois este período que os militares governaram se obteve um grande crescimento econômico, levando a modernização de estruturas produtivas em todo o país principalmente após a consolidação dos investimentos produtivos planejados no II PND com início após a primeira crise do petróleo.

Já por outro lado a herança econômica dos militares pode ser considerada como um período macabro quando se pensa sobre o endividamento público enorme deixado por eles, o endividamento que se manifestou com toda a desestabilização, sendo dúvida foi o pior responsável pelas dificuldades de economia brasileira na década perdida.

A crise econômica que assolou o Brasil nos anos 80, sendo relacionada às transferências de recursos líquidos para o exterior, este tipo de transferência praticamente inviabilizam a sustentação de taxas adequadas de crescimento econômico, tendo em vista a queda da taxa de investimento e a implementação de algumas políticas duradouras de combate a toda a inflação.

A maneira como foi solucionado o problema da dívida pública brasileira, onde foi deixado um legado pelos militares aos governos civis, explica muito aspectos da política econômica brasileira nos anos 90, vindo logo após a redemocratização do Brasil, por excelência essa década de reinado absoluto dos políticos neoliberais.

O primeiro governante a pôr em prática o neoliberalismo foi Collor, seguido por Itamar Franco e Fernando Henrique. Contudo, o governo Fernando Henrique é realmente o responsável por ir mais fundo com tais medidas econômicas e com a diminuição da capacidade do Estado brasileiro de coordenar a economia. (LEITE, 2018, p. 40)

O fluxo de capitais foi estabelecido em 1992, ocorrido especialmente porque nesse ano se iniciou as negociações das autoridades brasileiras em torno do plano Brady, este plano que preconizou a troca de título da dívida externa dos países devedores por títulos da dívida interna desses países em troca da aplicação de todo o receituário neoliberal.

O término de negociações aconteceu no ano de 1994 apenas um mês após o início do plano real, o que rege ao fim dos acordos é o retorno de fluxo de capitais abundantes ao Brasil, retorno sentido antes do fim do acordo, mas no qual aumenta significativamente depois do fim das negociações.

A política econômica seguida pelo governo brasileiro em 1995 onde foram aplicados regimentos os receituários neoliberais, tais políticas foram denominadas de restauração liberal conservadora, onde costumavam pregar o enxugamento das funções do estado, com a flexibilização da mão-de-obra, reduzindo a regulação de economia e toda a desregulamentação dos fluxos de capitais internacionais.

Todas as conversões de todos os sucessivos governos as medidas impostas através do consenso de explicar a diminuição da participação relativa da indústria de transformação do Brasil ao longo de toda a década de 90, a política de

juros altos, o enxugamento das funções estatais, flexibilização de mercado de trabalho.

Também com a abertura de comércio, como a liberação de fluxo de capitais internacionais sendo eles responsável por todo o cenário de diminuição da importância da indústria, contudo como consequência da política de juros elevado a dívida interna chegou ao ápice explodindo durante esse período histórico, criando maiores dificuldades de dar continuidade ao modelo anterior.

Isto também se torna um fato explicativo de toda a redução da participação do estado no planejamento e por óbvio, na gestão do capitalismo nacional como agente privilegiado, sobe análises as inúmeras transformações sofridas na política econômica foram responsáveis por reduzir a capacidade estatal de investir na economia nacional.

A partir de 1990 foram implementadas reformas liberalizantes no Brasil que levou a uma abertura comercial, financeira e com privatizações e diminuição a atuação do estado, dessa forma a redução de intervenção do estado na implementação de política de desenvolvimento regional alterou a maneira do processo de desconcentração industrial que ocorria, se manifestando inclusive com reconcentração de algumas atividades.

Por fim o enorme endividamento brasileiro a partir do final da década de 1970 por ser colocado como forte responsável pela por toda a dificuldade da economia nacional ao longo dos anos de 1980 a 1990, onde nos anos 90 a dívida interna explodiu aliada às políticas neoliberais, impossibilitando a continuidade do modelo de desenvolvimento que o estado protagoniza.

O ponto de partida da retomada da acumulação financeira aconteceu no final dos anos 60, ressaltando que isso se dá sempre que os capitais são repelidos da produção porque as empresas consideram muito baixas as taxas de lucros industriais.

O início do processo de financeirização está relacionado com o fim da chamada era de ouro, do capitalismo, sendo este período estendido por vinte anos que se seguiu ao término da Segunda Guerra mundial, nesse meio tempo as economias capitalistas aumentaram intensamente baseadas nas políticas econômicas de tipo Keynesianas.

Com o passar do tempo, as multinacionais norte-americanas dívidas redor do mundo, começaram a optar por não investir seus capitais, considerando a

políticas tributárias e as políticas regulatórias excessiva, os capitais não reinvestidos na produção foram alocados na cidade Londrina criando, a partir do final dos anos 1950, o chamado euromercado.

Após vinte anos foi afirmado o crescimento mundial devido às políticas keynesianas do bem-estar Social há uma transformação nas políticas que incorrem em uma desaceleração econômica, sendo esse um processo considerado intenso nos países europeus, em razão de término do processo de reconstrução do pós-guerra.

As empresas multinacionais americanas espalhadas na Europa optam por não reinvestir a totalidade de todos os seus lucros na produção, devido às baixas expectativas para obtenção de bons ganhos, contudo a riqueza financeira em relação à economia real cresceu consideravelmente a partir de 1980.

Em 1980 os ativos financeiros estavam correspondendo uma riqueza estoca de US\$ 12 trilhões de dólares para um Produto Nacional Bruto mundial de 18 trilhões de dólares, já em 2006 o estoque passou corresponder uma quantia de US\$ 167 trilhões de dólares sendo seu produto Nacional Bruto mundial de 48,8 trilhões de dólares.

É de suma importância salientar que a financeirização não precisa ser encarada como uma anomalia no sistema capitalista, desta forma o processo de financeirização se constitui no modus operandi do sistema capitalista contemporâneo.

Então não leva a estagnação do sistema capitalista como poderia ser analisado, contudo o novo arranjo sistêmico aconteceu a exacerbação das tensões fora e dentro do sistema capitalista, pois a financeirização já é uma especificidade do capitalismo contemporâneo, sendo tencionados os ciclos de expansão e crise.

É válido ressaltar que a noção de financeirização como algo denominado do setor financeiro sobre os demais setores de economia revela-se inapropriado na medida em que esse padrão de riqueza se torna sistêmico, sendo esta fase do capitalismo que os mercados financeiros e as transações se tornam destaques globais no sistema econômico.

Para que fosse possível entender melhor é necessário mergulhar profundamente nas transformações globais da economia e em seus reflexos no seio da sociedade, a abertura a novos investimentos na década de 70, ocasionado devido a quantidade elevada dos capitais não reinvestidos na esfera da produção, assim

como também a de petrodólares, se tornam um bom exemplo do fenômeno em discussão.

A liberalização e a desregulamentação formam extremamente fundamentais para possibilitar as transformações no mercado financeiro, isso aconteceu devido a uma forte pressão política dos organismos internacionais como um Fundo Monetário Internacional (FMI), com também o Banco Mundial que impôs aos países ajustes estruturais de tipo neoliberal primordial o Brasil.

O caso do Brasil não foi diferente sendo conhecido como as imposições do FMI a todos os sucessivos governos brasileiros ao longo da década de 1980 e também da década de 1990, para implementar a reforma liberalizada como uma privatização e abertura do mercado.

Por fim o endividamento brasileiro pode ser caracterizado como um período total de crescimento de dívidas com o endividamento interno aumentando continuamente, onde nenhum governo após a ditadura cívico-militar logrou a diminuição do crescimento de dívida brasileira apesar de haver em determinados períodos controle dos indicadores de sustentabilidade da dívida.

I. ENVIDAMENTO DA FAMÍLIA BRASILEIRA

O endividamento da família brasileira, não é um contexto recentemente abordado, pois o endividamento teve início com a maior concessão de crédito, independente de possuir possíveis comprovações de renda e análise das suas possibilidades de pagamento.

De fato, alguns traços de personalidade, com a insatisfação, a ansiedade estimula compras compulsivas, gerando risco de inadimplência e endividamento, onde muitos indivíduos adquirem serviços e produtos muitas vezes desnecessários, no qual posteriormente não conseguem pagar.

Sendo o endividamento das famílias brasileiras um processo bem mais recente aqui no Brasil, mais especificamente a partir de 2007 quando atingiu o patamar dos 25%, quando em 2005 representava 18,39% de toda população, índices estes que vêm crescendo entre os brasileiros.

Alguns dados divulgados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), mostrou que o consumo compulsivo atinge, principalmente os indivíduos como

faixa etária de idade entre 14 e 25 anos, esse entendimento foi afirmado que a falta de experiência em relação ao consumo, e também o desejo de adquirir bens e serviços, compromete sobremaneira a sua capacidade de pagamento do indivíduo.

O Brasil gerando o maior acesso a crédito automaticamente ampliando o poder de consumo de uma grande parte da população, onde a redução de juros trouxe maior poder de consumo para a população, facilitando o endividamento de pessoas que não obtiveram educação financeira, quebrando grande parte de sua renda com o pagamento de prestações, empréstimos e juros.

Em 2015 ocorreu um fato relevante onde as taxas de juros ultrapassam os 14% por mês, onde o Banco Central disponibilizou uma nova linha de empréstimos consignados, passando assim de 30% a 40%, por consequência muitos indivíduos perderam controle gerando dívidas.

Onde teve metade de sua renda mensal comprometida com empréstimos, passou a estar condenada ao endividamento, o crédito fácil possui estímulo de consumo mediante as propostas e ofertas diferenciadas, como diferentes empréstimos, diferentes créditos, cartão de crédito, cheque especial e empréstimos pessoais.

Ao invés da falta de renda inibir a compulsão por consumo, o crédito tem proporcionado às famílias consumir continuamente, mesmo com altas taxas de juros, facilitando o endividamento de todas as famílias brasileiras que pecam em excesso de consumo.

Na economia de endividamento, tudo se articula com o crédito. O crescimento econômico é condicionado por ele. O endividamento dos lares funciona como “meio de financiar a atividade econômica”. Segundo a cultura do endividamento, viver a crédito é um bom hábito de vida e conforto do mundo contemporâneo, o crédito não é um favor, mas um direito fácil. Direito fácil, mas perigoso. O consumidor endividado é uma engrenagem essencial, mas frágil da economia fundada sobre o crédito. (COPETTI, 2018, p.7).

O uso do crédito por consumidores, não deve ser considerado um mal em si mesmo, tendo em vista que quando contratado em situação de estabilidade financeira e laboral, permite ter melhoria a acessibilidade de determinados bens e

serviços, contribuindo assim para aumento de bem-estar dos indivíduos e das famílias.

O problema acontece que se é ofertado de maneira explícita e facilitada por meio de folhetos distribuídos por toda a cidade, desta maneira pode se tornar grave causa de endividamento e, de exclusão social e gerar inúmeros tipos de consequências.

Em qualquer situação o contrato de crédito precisa ser efetivado com muito critério para que não seja criado um hábito, e muito menos comprometer o pagamento de outras obrigações, então antes de assumir um compromisso se torna necessário analisar se realmente adquirir o serviço faz parte de uma necessidade urgente.

É importante ressaltar que a facilitação de acesso ao crédito tem levado os consumidores a financiar suas compras ao invés de pagá-las à vista, portanto o crédito abundante dos últimos anos tem aumentado os níveis de endividamento das famílias brasileiras.

Alguns dados de pesquisa da Economia Aplicada mostram que em 2013, 37,7% das famílias não possuem condições de pagar as suas dívidas, fruto, devido a compras realizadas por impulso, sem possuir a necessidade e também sem avaliar a possibilidade de pagamento.

Relatório de Estabilidade Financeira (REF), publicado semestralmente pelo Bacen (2014), apresentou o índice de endividamento das famílias relativo a 2013, e revelou que este se manteve em 45,5%. A pesquisa confirma que naquele período houve um crescimento no nível de endividamento das famílias com as dívidas bancárias, pois em julho de 2011 o índice estava em 41,3% e em julho de 2005, estava um pouco acima de 20% (COPETTI, 2018, p.8).

Foi afirmado também que se tornou crescente o endividamento, principalmente em função da disponibilidade dos seguintes serviços e produtos financeiros, cartão de crédito, crédito imobiliária, crédito consignado, crédito para compra de automóveis, como também serviços de cheque pré-datado, carne de comércio e cheque especial.

Sendo estes fatores importantes sobre o endividamento das famílias, contudo as modalidades anteriormente relatadas têm se destacado como mais abrangentes, apesar do crédito imobiliário ter sido destinado a assalariados de três salários-mínimos a partir de 2004, no ano de 2002 era necessário rendimento superior a cinco salários-mínimos.

Contudo o cartão de crédito ainda é considerado o maior vilão do endividamento das famílias brasileiras, onde no ano de 1987 para adquirir um cartão de crédito com renda mensal de 200 reais, em 2000 eram 5 milhões de trabalhadores com cartão de crédito e sua renda mensal de até 500 reais, já no ano de 2007 ultrapassava 15 milhões de trabalhadores.

O cartão de crédito e destaque em primeiro lugar pelas pessoas que afirma estar endividados, representando aí 76,7% em segundo lugar consta a carne 15,7%, das famílias endividadas em terceiro lugar o crédito pessoal que chega pelo menos a 10,3%.

O endividamento e inadimplência do consumidor como também de toda a confederação nacional do comércio e de bens e serviços, sendo revelado que em 2015 cerca de 73,4% das famílias se encontravam endividadas com algum tipo de crédito.

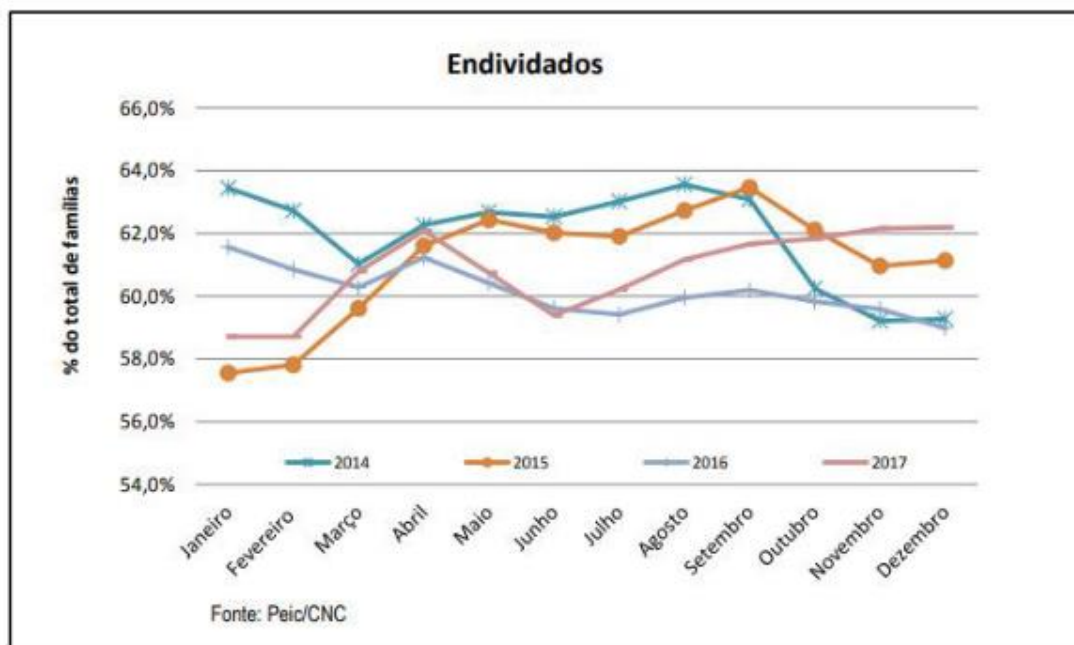
Além dos cartões de créditos foram apontados cerca de 18,2% das famílias possuíam automóveis, de maneira 59,6% das famílias brasileiras se encontram endividadas, dentre 6,2% eram inadimplentes, 17,2% estavam com contas atrasadas, ou seja, tinham contas com mais de 90 dias de atraso.

Outras instituições que são especializadas em análise de crédito, como exemplo a Serasa experian, mostra que no ano de 2014 foram registrados 57 milhões de pessoas com dívidas em atraso em todo o país, cujo este número foi crescente desde 2012, entretanto no final de 2017 o percentual alcançou a 62,2% contra 59% de dividendos no mesmo período de 2016.

Vale ressaltar que mais de 60% dos indivíduos que se encontrava inadimplentes ultrapassava o total dos seus rendimentos mensais, significando que 30 milhões de brasileiros possivelmente vão comprometer toda a sua renda em breve, gerando uma total situação de inadimplência e de exclusão.

Dados apontam que pelo menos 53% dos inadimplentes possuem dívidas não honradas, ou seja, estas dívidas vão se avolumando numa espécie de bola de neve, gerando assim poucas chances de o indivíduo se recuperar, outros dados também mostram que 40% de uma margem de 144 milhões de brasileiros com idade média de 18 anos estão endividados como mostra a figura 4.

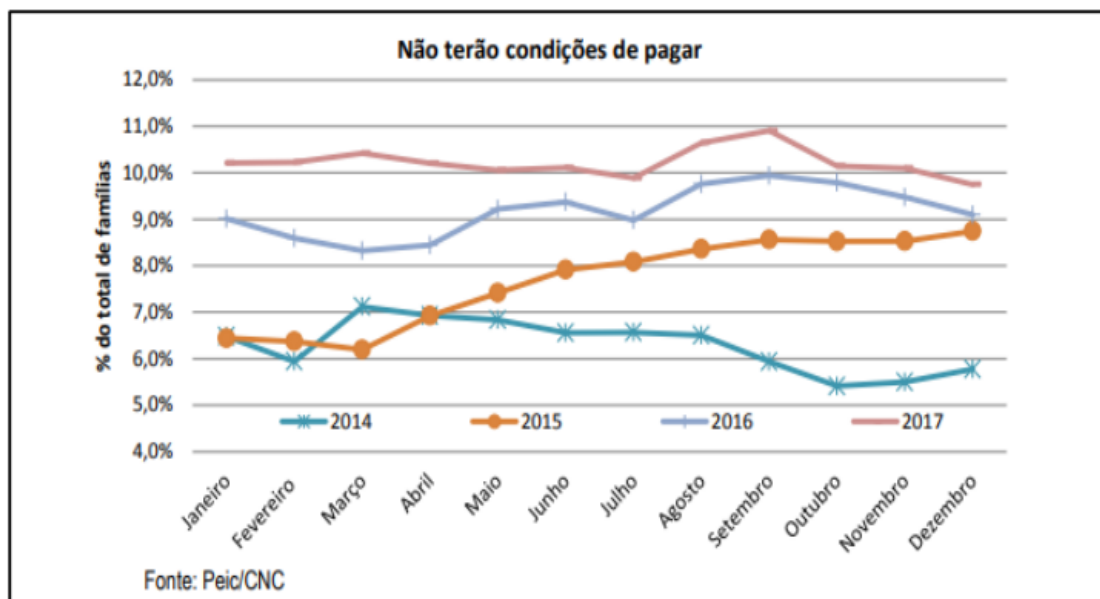
Figura 4 – grau de endividamento das famílias Brasileiras



Fonte: PEIC/CNC (2018).

Desta forma de suma importância salientar que houve aumento em 2017, passando de 24,2% do ano anterior para 25,4% em 2017, por conseguinte a quantidade de pessoas que declaram não ter condições de pagar as contas em atraso aumentou 1,1% de 2016 a 2017 como mostra a figura 5.

Figura 5 – percentual de pessoas que não possui condições de pagar as dívidas



Fonte: PEIC/CNC (2017).

Assim pode-se deduzir que garantir a sobrevivência da família em épocas de crises, tendo dificuldade de redução de gastos podem comprometer o orçamento familiar, o recomendado é que a pessoa possa financiar o equivalente a três ou até seis meses de salário.

O que poderá solucionar fatos inesperados, como por exemplo a dimensão do emprego, batida do carro, ao até mesmo doenças inesperadas, aliando-se a isso hoje em dia vive-se em uma cultura de consumo exacerbada onde a maior parte da população associa a posição social, aquisição de bens e serviços mesmo se haver necessidade a felicidade.

O parcelamento no cheque ou em cartão de crédito, são os extremos vilões de endividamento pois os juros são extremamente altos, o cartão de crédito e cheques especiais são ferramentas que disponibilizam créditos fácil e por este motivo muitas vezes são usados em compras não planejadas e tampouco necessárias.

3. A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA COMPORTAMENTAL E ENDIVIDAMENTO EM OUTROS CASOS DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Sabe-se que Portugal está endividado, onde o endividamento cresceu muito após o ano de 2000, a dívida externa bruta é a somatória total de instrumentos de dívidas de residentes face a não residência, no ano de 2010 a dívida de do país se encontrava em torno de 548 bilhões de dólares.

Onde o os se encontrava-se na posição de vigésimo segundo nos indicadores para uma amostra de 173 países mais endividados, mas a Área Euro, trada da Grécia ocupava a vigésima posição com uma dívida calculada em 581 bilhões de dólares.

Luxemburgo ocupava a décima primeira posição com um saldo devedor de 2.012 bilhões de dólares, e área euro em primeira posição com uma dívida total de 15.065 bilhões de dólares, dois anos depois ao final de 2011, o país conseguiu reduzir sua dívida em mais de 67 bilhões.

Contudo a dívida portuguesa continua à frente das dívidas do Brasil, Índia e Indonésia, que apresentam níveis populacional maior que Portugal, levando uma consideração a dívida externa bruta em percentagem do PIB, como também a dívida externa bruta por habitantes, Portugal ocupava em 2010 a nona posição com 222,5% do PIB e a décima nona posição com 47.632 dólares por habitantes.

A dívida bruta de Portugal em percentagem do PIB obteve uma minúscula melhoria em 2011, reduzindo para 217,2% PIB, de acordo com os dados da OCDE e do Banco de Portugal, a medidas das obrigações financeiras do país face ao exercício.

A posição de investimento internacional líquida (PIB) mede as diferenças entre ativos e passivos financeiros dos residentes face aos não residentes, onde seu cálculo é basicamente a soma acumulada das necessidades líquidas de financiamento.

Algumas pesquisas mostram a evolução do indicador para a economia portuguesa de 1996 a 2011, onde em 1996 o PII era negativo e apresentava cerca de 10,3% do PIB final de 2006, contudo após treze anos o valor da dívida externa líquida ultrapassou o valor do PIB do país atingindo 110,6% do valor em 2009.

Demonstrando que a produção interna do país não era o suficiente para o nível de demanda, por consequência houve o endividamento do país, a dívida externa em Portugal no início de 2012 era de -177.323 bilhões de euros, em torno

de -235,14 bilhões de dólares, mostrando que a posição líquida internacional não melhorou muito desde 2010.

Com relação aos 20 países com a maior dívida externa líquida em milhões de dólares, percentagem do PIB e por Habitante para o início de 2010, Portugal nesta data, possuía uma dívida externa líquida total de – 264 bilhões de dólares em 2010 e era o 12 país mais endividado mundo.

Considerando-se o PIB dos países Portugal ocupava o 8º lugar, com uma dívida de - 103,3% do PIB, atrás de países pobres e subdesenvolvidos como: Guiné Bissau (-168,3 % do PIB), Jamaica (-126,7 % do PIB), Nicarágua (-126,41 % do PIB) e Cabo Verde (-115,5 % do PIB) (SANTOS, 2012, P.39).

Já em comparação por quantidade de população portuguesa piora ainda mais a sua situação, onde em janeiro de 2010 ocupava os 6 lugares entre os países mais endividados do mundo com -24,841 dólares por habitantes, para saber o que este número pode indicar para um futuro próximo é comprado o valor do rácio da dívida externa bruta com o produto nacional bruto.

O DEB/PNB de Portugal nos anos de 2009 e 2010, com valores de mesma relação para países de rendas médias e altas nos anos em que estes últimos declaram uma situação de insolvência ou reestruturam suas dívidas, nos últimos 40 anos.

(...) ao registrado por todos os países que foram forçados a reestruturar as suas dívidas e/ou caíram em uma situação de incumprimento. Mais concretamente, em dezembro de 2010, Portugal tinha um rácio entre a dívida externa bruta e o PIB igual a 229,4, significativamente superior ao registrado pela Guiana (214,3), pela Jordânia (179,5), pela Costa Rica (136,9), ou pelo Egipto (112), quando estes países entraram em incumprimento e/ou tiveram de reescalonar as suas dívidas [nos anos, respectivamente, de 1982, 1989, 1981, 1984, (RIBEIRO; LARA, 2016, p. 40).

O valor do rácio de 2011, para Portugal foi em torno dos 220, indicando que o país continua uma situação bem preocupante, levando em consideração que a Grécia, vem tendo grandes problemas, com a sua dívida, possuía em 2010 um rácio DEB/PNB em torno de 206, segundo os dados do BM e da OCDE, sendo este um valor menor que o apresentado por Portugal no neste mesmo ano 229,4.

Nos casos de países como o de Portugal que enfrenta uma crise grave da liquidez a dívida externa bruta total é o indicador mais utilizado, onde os governos e os agentes econômicos do país não conseguem, de um momento para outro vender ou cobrar os seus ativos no estrangeiro para poderem aguentar a pressão dos credores.

Entretanto no contexto europeu Portugal tem uma PII líquida em percentagem do PIB pior que a maioria dos países, desta forma é válido comparar este indicador com valor do rácio DEB/PNB nos países que declaram uma situação de insolvência ou reestruturam suas dívidas, nos últimos 40 anos.

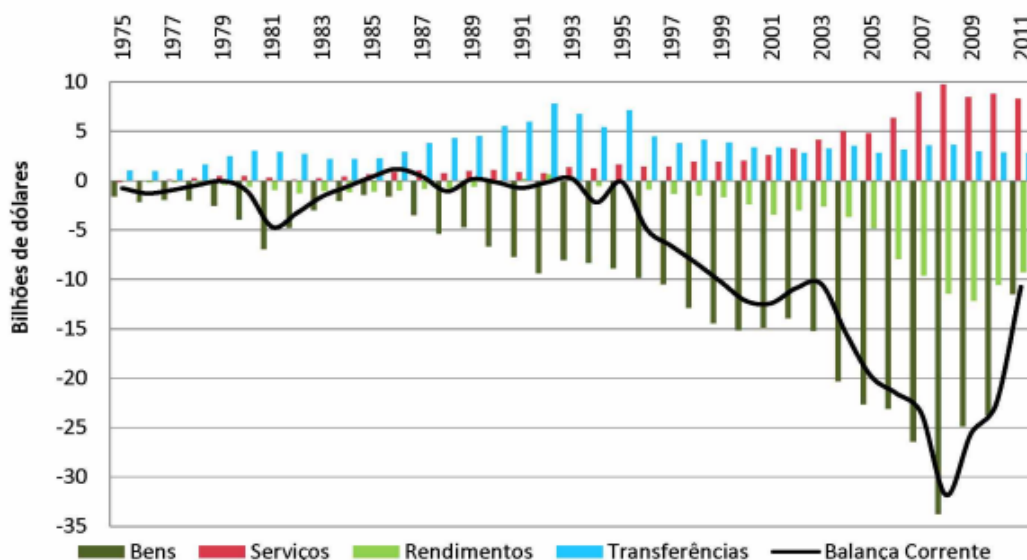
O resultado não é o melhor, A PPI líquida em percentagem do PIB, o mesmo que diva externa líquida em percentagem do PIB, de Portugal situou-se em 2011, entre os seis países que tiveram maior rácios nos anos em que decretaram situação de insolvência ou reestruturam suas dívidas, com uma dívida externa líquida em percentagem do PIB de 103,7 bilhões de dólares.

O nível de endividamento de Portugal, sendo historicamente alto pois os níveis precedentes foram vistos no final do século XIX, e também alto, em comparação a outros países, sendo assim é fácil dizer que a dívida de Portugal sofrerá quedas e aumentos contínuos.

Análise de balanço de pagamentos do país pode mostrar o que provocou aumento do endividamento desde 1996, visando o que é balança corrente equivale, a grosso modo, a capacidade ou também a necessidade de financiamento da economia de um país.

Quando a balança corrente possui um alcance negativo indica que o país necessitou de um financiamento externo e se endividou sendo esse o caso de Portugal principalmente no ano de 1996, A balança corrente de Portugal mostra que no período de 1975 a 2011 os valores de serviços, os rendimentos líquidos e as transferências correntes líquidas como mostra a figura 6.

Figura 6 - Balança corrente



Fonte: PEIC/CNC (2017).

Durante todo período verifica-se que a balança corrente apesar de alcançar valores positivos como nos anos de 1985, 1986 e 1987 permanecer com o valor negativo até o ano de 1996 sendo esse valor equivalente a 5 bilhões de dólares sendo mudado esse fato a partir do ano de 1997.

O aumento do déficit na balança corrente foi a maior parte devido a decorrência no aumento do déficit da balança de bens que passou de -15,16 bilhões de dólares no ano de 2000 para -33,79 bilhões de dólares no ano de 2008.

A balança comercial de Portugal no mesmo período de 1975 a 2011 com saldo negativo desde a década de 75 acarretou um maior nível de importação de bens em comparação aos níveis de exportação de bens.

Contudo entre 1975 em 2008 tantos níveis de importação de bens com os níveis de exportação de bens aumentaram, entretanto, esses aumentos primordialmente do primeiro superaram aumento do segundo nó que gerou maiores déficits comerciais.

O déficit na balança em 2008 obteve uma pequena redução proporcionando uma pequena melhora na balança corrente, mas sendo suficiente para reverter a situação negativa da mesma, entretanto foi indicado que o maior causador do déficit na balança corrigir Portugal foi o aumento da necessidade de financiamento do país e gerando um alto nível de importação de bens em comparação com a exportação de bens.

As categorias de produtos que mais pesaram para gerar um resultado negativo na balança de bens durante 1996 e 2010 são inúmeros como por exemplo máquinas e aparelhos, veículos, agrícolas, materiais comuns, químico entre outros, essas categorias de produtos representa 63% das importações de bens e 95% dos 10 de balanço de bens acumulados neste período.

Por conseguinte, tem se apontado que é um dos principais problemas causadores da crise atual de Portugal e a crise de competitividade Das exportações nacionais do país que ocorria devido a adoção do euro no ano de 1998.

Entre 1953 e 2010 a média do déficit da balança de bens e serviços foi de 7,4% do PIB. A partir da adoção do euro, a média do déficit da balança de bens e serviços aumentou para 8,6% do PIB, portanto, apenas um pouco acima da média histórica, não podendo desta forma responsabilizar a adoção ao euro como gerador de maiores déficits na balança de bens e serviços (ATHAYDE; VIANNA, 2015, p. 44).

O aumento da dívida externa após 1996 pode ser relacionada com a adesão ao euro por ter conseguido impactar negativamente a balança de transferências correntes, na balança de rendimento e também na balança dos valores dos ativos e passivos financeiros do país foram contabilizados na PII.

O impacto negativo na balança de transferência corrente ocorreu devido às alterações cambiais necessárias sobre adesão do euro, ou seja, gerando uma maior estabilidade cambial do escudo face às moedas dos principais países europeus, sendo assim 1996 eram elevadas e resultam de remessas de imigrantes e de fundos comunitários.

Estas remessas e fundos a partir da estabilização cambial e também da adesão ao euro começar a diminuir, outro impacto negativo que pode ser citado está ligado com o câmbio pois com adesão ao euro e a desvalorização do escudo que eram praticadas de 1995 foram extintas, sendo assim estes também foram um dos fatores primordiais para a contribuição do endividamento de Portugal.

Já o México a partir da segunda metade da década de 1980 levou adiante um amplo processo de abertura da economia ao mesmo tempo realizou severas corte nos gastos públicos implementando um programa de privatização de empresas estatais no qual reestruturou o sistema financeiro e garantiu a plena liberdade de movimento os capitais.

além disso como complemento valorizou sua moeda e manteve o controle sobre o câmbio tendo em vista a estabilização da economia juntamente com a cobertura comercial e com taxa de câmbio valorizada ajudava conter todas as pressões inflacionárias, expondo produtos domésticos com intensa concorrência estrangeira diminuindo drasticamente suas possibilidades de aumentar o preço.

Com a taxa do câmbio valorizada, conseqüentemente estimulava as importações e prejudicava as exportações, sendo assim o México exibia um constante déficit em conta corrente, bem como também um crescimento de endividamento em moeda estrangeira para financiar tal déficit.

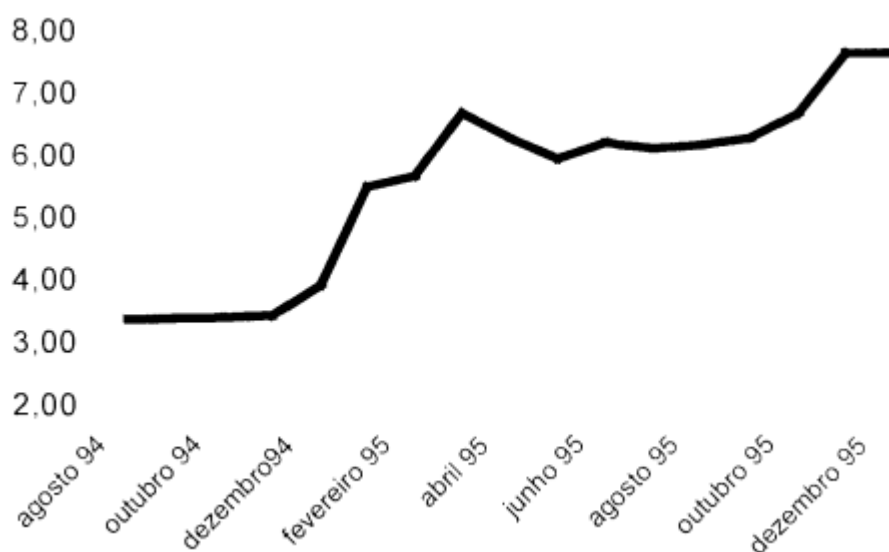
Em dezembro de 1994 sofreu uma crise de confiança por parte dos investidores em geral sendo assim o México foi dominado por uma intensa crise financeira que culminou até o ano de 1995, com a mais profunda recessão que o México tivera de enfrentar em décadas.

A causa imediata da crise foi drástica gerando aumento das taxas de juros dos Estados Unidos da América em 1994 objetivando um grande fluxo de capital dos Estados Unidos para o México, para piorar a situação o ambiente político do país estava longe de ser um dos mais estáveis ocorrendo assim gravíssimas crises políticas desencadeadas pela rebelião armada do estado de Chiapas.

Para que fosse possível inverter as maciças evasões de capital decorrente do México foram emitidas obrigações de curto prazo denominadas em dólares, que elevou bruscamente as taxas de juros domésticos de todo o país o qual só piorou o estado do endividamento do país.

Com receio de que o México não honrasse suas dívidas os investidores externos continuaram a retirar os seus recursos do país fazendo com que o México serviu na contingência de desvalorizar o peso em 15% de 3,5 pesos por dólares para 4,0 pesos por dólares no ano de 1994 como mostra a figura 7.

Figura 7 – valores dos pesos



Fonte: (CARVALHO, 2004). Você deve melhorar a apresentação desse gráfico.

Diante da contínua perda de reservas internacionais o México foi obrigado a permitir a flutuação do peso onde a cotação passou para sete pesos por dólar em março de 1995 chegando a oito pesos por dólar no final daquele mesmo ano, com intenção de ajudar o México e com objetivo de evitar que a crise financeira para outros mercados ou Estados Unidos organizou um pacote de ajuda internacional de aproximadamente 48 milhões de dólares em janeiro de 1995.

Sendo assim conseguiu acalmar o mercado financeiro contra a crise mexicana, além de nesse período as taxas de juros extremamente elevadas e os profundos cortes nos déficits orçamentários mergulharam México em 1995 em uma gravíssima recessão, surpreendentemente já no ano de 1996 a economia mexicana mostrava claros sinais de recuperação.

entretanto no ano de 1995 a economia mexicana foi catastrófica onde seu produto interno sofreu uma queda de 6,2% e os mais diferentes indicadores mostraram uma piora nas condições econômicas do país, o aumento do desemprego e a queda no produto e no consumo por habitantes refletiam as dificuldades enfrentadas pela população mexicana.

A perda de confiança dos investidores internacionais no México ocasionou com que a moeda nacional sofresse intensa desvalorização ao tentar

conter esse processo procurando evitar com que mais dólares deixassem o país as taxas de juros foram elevadas a níveis consideravelmente absurdos.

Tal estratégia não conseguiu impedir com que a desvalorização da moeda do país ajudando agravar ainda mais as condições econômicas, por conseguinte foi iniciado um processo inflacionário nada desprezível onde o índice do preço ao consumidor Foi de 7% ao ano em 1994 chegando a 35% no ano de 1995.

Com a valorização do dólar os insumos importados ficaram mais caras e as empresas tendem a passar A elevação nos custos de preço, a depreciação do peso frente ao dólar tornar os produtos importados mais caras e diminuiu a concorrência na disputa pelo mercado consumidor interno trazendo assim mais um fator estimulante no que se refere ao aumento de preços no país.

Desta forma o México foi forçado a abandonar o câmbio como um instrumento de estabilização de preços sendo que a taxa de câmbio é definida pela atuação do mercado sem obter intervenção do Banco Central no mercado do câmbio.

A recuperação mexicana iniciou-se no ano de 1996, a depreciação cambial que prosseguiu nos anos seguintes também teve seu lado positivo tornar os produtos mexicanos mais competitivos no mercado internacional além de tornar as importações menos atraentes, correspondendo a um aumento na demanda agregada certamente um estímulo muito bem-vindo em um país que enfrentou uma violenta recessão econômica.

No geral o desempenho da economia mexicana no período de 1992 a 2000 conseguiu ser classificado como relativamente satisfatório, o crescimento médio do PIB, neste mesmo período foi de 3,72% ao ano, a Argentina obteve em média um crescimento de 3,65% ao ano.

Já o Brasil cresceu 1,97% ao ano, lavando em consideração o crescimento de todo produto interno bruto por habitante, a Argentina sai em disparada com um crescimento médio de 2,3% ao ano enquanto o produto mexicano cresceu uma média anual de 1,9%.

O NAFTA implementou a progressiva retirada dos obstáculos à circulação de mercadores entre Canadá, Estados Unidos e México, portanto uma das maiores surpresas ao se comparar com todas as relações mexicanas com outros

membros do NAFTA como também com o resto do mundo foi observar o superávit comercial que este país obteve.

O México no ano de 1997 a 1999 apresentava um número positivo em suas economias, de acordo com alguns dados, em no ano de 97 o PIB atingiu a taxa mais alta em quase duas décadas em torno de 7% devido à expansão interna da demanda e maior dinamismo nas exportações.

Sendo válido ressaltar que as políticas fiscais e monetárias da época também foram extremamente eficazes na diminuição dos efeitos da crise asiática, sendo assim no ano seguinte o crescimento econômico se manteve em 4,8%, a importação e a exportação apresentavam bons índices de crescimento entre os países desenvolvidos sendo o mais atrativo para o IED.

Já no ano de 99 houve um conjunto de fatores que ajudaram que o México novamente apresentasse uma numerologia boa, apesar dos países asiáticos estarem se recuperando da crise, de haver um aumento significativo dos preços do petróleo, ocasionado pela crise Brasileira.

O interesse do estratégico do México, colocado no Plan Nacional de Desarrollo destaca quais as interações dos estados unidos, seu principal parceiro econômico da época, com ele vinha intenções de ampliar a cooperação financeira, científica, comercial e tecnológica promovendo iniciativas contra o tráfico de drogas, pessoas e armas como também conseguir aprimorar os métodos de proteção ambiental.

É válido ressaltar que a economia mexicana do ano 2000 exporta proporcionalmente muito mais produtos manufaturados do que no ano de 1990, sem dúvida é uma grande evolução para um país latino-americano, a final qualquer estratégia que fosse predominantemente primário-exportadora, em uma economia relativamente grande como a mexicana traia limitações ao sucesso do México.

Tal processo, diga-se de passagem, para o bem ou para o mal é inevitável, quando as exportações mexicanas dos 10 principais produtos primários medida pelo métrico seis zeram considerado primários enquanto no ano de 2000 obteve apenas um produto prima onde possuía posição de destaque na pauta de exportação mexicana.

Sendo que os principais produtos correspondiam a 60% do total exportado no ano de 1990 enquanto no ano de 2000 era correspondido por 47%, sendo assim o México diversificando suas exportações, os mexicanos passaram a

gastar muito mais dólares na aquisição de veículos importados, a produção doméstica de veículos também passou por grande elevação.

Os setores ligados às atividades primárias não só foram os setores que menos cresceram no período 1990-2000 (com uma média de 1,9% ao ano para a agropecuária, silvicultura e pesca) como sua participação no produto mexicano sofreu expressiva redução. A agropecuária, a silvicultura e a pesca tiveram sua participação no produto reduzida de 7,2%, em 1990, para 3,7% em 2000, enquanto a mineração teve sua participação diminuída de 2,1 % para 1,3% no mesmo período (COPETTI, 2018, p. 39).

As atividades de economia que mais cresceu foi a categoria que engloba o transporte, a armazenagem e as comunicações com um crescimento médio de 5,6% ao ano, em seguida foram surgindo indústrias manufatureira com uma taxa de crescimento de 4,7% ao ano e agregando de comércios, hotéis restaurantes que cresceram 4,1% em média no período de 1990-2000.

Mas o fato é que os Estados Unidos ampliaram sua importância como importador de bens do México, de 70% em 1990 para 88 % em 2000. Esse é o destaque negativo, pois traz à tona a questão da dependência. Uma eventual recessão na economia americana, como a ocorrida recentemente, faria com que a demanda por produtos mexicanos sofresse substancial redução.

Lembrando, novamente, que as exportações correspondem a pouco mais de 30% do produto mexicano. Nessa ocasião, pelo menos no curto prazo, vender para outros países traria muitas complicações e envolveria custos absurdamente elevados, e que acabariam com a competitividade dos produtos mexicanos na disputa pelo mercado externo.

Por conseguinte, uma série de publicações científicas nas áreas financeiras comportamentais apresentavam evidências empíricas que permitiam identificar os diferentes padrões de comportamentos inconsistentes com o princípio da racionalidade ilimitada.

O endividamento segundo centro de estudos sociais da faculdade de economia da universidade de Coimbra, fala que o saldo devedor de agregado familiar, estes conceitos estão na maioria das vezes associados diretamente ao crédito, nomeadamente ao consumo ou de habitação.

Sobre o endividamento não obter uma definição exata, no entanto pode ser entendido como a incapacidade de cumprir as responsabilidades inerentes a certos níveis de dívidas, dados os rendimentos atuais ou recursos obtidos da venda dos ativos em posse.

O sobre-endividamento passivo e o sobre-endividamento ativo são Dois tipos de sobre endividados podem ser identificados de acordo com as causas que originam onde cada um possui um fator específico sobre os enredos de endividamento.

O sobre-endividamento ativo é causado pela tomada de dívida em excesso, face ao rendimento atual ou futuro, onde o devedor contribui ativamente, já o sobre-endividamento passivo em que a redução do rendimento ou o aumento dos encargos é determinado por fatores externos e imprevistos, como o desemprego, as doenças, a alteração de variáveis macroeconômicas, entre outros.

O mesmo poderá dever-se à falta de transparência ou incapacidade de processar de forma eficaz toda eficácia de informações disponíveis, e conseqüentemente a uma análise pobre dos efeitos dos níveis de dívida assumindo.

Pode-se ainda dever-se a incapacidade de reconhecer as conseqüências quer a qualidade de determinadas decisões de endividamento e consumo, motivo pelo status ou também outros tipos de variedades econômicas e não econômicas.

Entretanto além de dívidas realizadas de forma exacerbadas as famílias portuguesas e mexicanas também fazer parte do índice de endividamento do país, ao longo da década de 90 o processo de convergência que acompanhou a preparação para união monetária, o rápido endividamento das famílias era extremamente previsível.

De fato, neste período a descida acentuada das taxas de juros nominais e reais, conseguiram abolir barreiras legais bem também como o clima de acrescida nas concorrências entre bancos, que possibilitou acesso a crédito a um conjunto mais vasto de famílias do que comparado à década anterior.

Por conseguinte, esse efeito foi ainda amplificado pela implementação de um sistema de taxas de juros subsidiadas cujo seu foco ela possibilitar aquisição de habitação por parte das famílias dos estratos de rendimento mais baixo, sendo assim o aumento do endividamento resultou também de um

conjunto que incluía elementos demográficos, como também a chegada à idade adulta.

Sendo assim o endividamento das famílias portuguesas prosseguiu ao longo da década, com o crescimento das taxas bastante superiores às do seu rendimento disponível, o valor total das dívidas familiares em um determinado ano representava cerca de 124 por cento do seu rendimento disponível.

Pois alguns softwares de oferta de crédito, foram cruciais para a manutenção de uma taxa elevada de crescimento do crédito à habitação, neste contexto de subidas das taxas de juros, sentiu-se as alterações nas condições de acesso ao crédito.

Contudo de acordo com algumas informações do IPFE de 2006, um pouco mais de 40 por cento das famílias participam do mercado de dívida, com o valor das taxas é dominado pelas taxas de participação no mercado de crédito à habitação a que ocorre mais de 30 por cento das famílias portuguesas.

Entretanto cerca de 10 por cento participam apenas no mercado da dívida para outros fins que não habitação, de acordo com as informações obtidas pelo IPEF a dívida distribui-se de forma assimétrica por meio das famílias, por exemplo na ordem de grandeza da relação entre os valores médio e mediano, uma medida sintética desta assimetria.

Isso pode-se implicar devido algumas classes de família, tais como as de rendimento e escolaridade baixa, com idade elevada e situações no mercado de trabalho menos estáveis, mais da metade das famílias não participam no mercado da dívida, significando que o valor mediano nessas classes são zero.

Já sobre outra hipótese do ciclo da vida as pessoas sujeitas a uma restrição orçamental intertemporal, possui o objetivo de suavizar o consumo ao longo da vida, apesar de seu rendimento obter um padrão muito marcado, desta forma os indivíduos tendem-se endividar nos períodos de rendimento mais baixos.

A participação no mercado da dívida e o endividamento tende a atingir um máximo entre 30 e 40 anos, em idade que já ultrapassaram as restrições ao crédito a que estão sujeitos os indivíduos muitos jovens e com um rendimento do trabalho muito baixo ou até mesmo inexistente.

O aumento do nível de endividamento não implica necessariamente que as condições financeiras das famílias tenham se deteriorado, mas sim que sua

capacidade para fazer face ao pagamento das dívidas depende em grande medida do seu nível de rendimento.

Deste modo, considera-se habitualmente como medidas a capacidade das famílias fazerem face ao pagamento das dívidas, por meio do rendimento correto, o rácio entre a dívida e o rendimento anual e o rácio entre o serviço da dívida e o seu rendimento mensal.

Desta forma pode-se dizer que o crescimento sustentado pelo endividamento das famílias e as taxas superiores à dos seus rendimentos tem feito aumentar as preocupações quanto à capacidade das famílias para continuarem a suportar os encargos com o serviço da vida.

Sendo assim o aumento do incumprimento do crédito associado a estes casos poderá vir a ter algumas consequências do ponto de vista social, mas a situação não deverá pôr em causa a estabilidade do sistema financeiro, na medida em que a dívida das famílias que estão em situações de maior vulnerabilidade tem um peso relativamente pequeno no total, contudo a facilitação de acesso ao crédito e empréstimo tem sido um fator primordial para o endividamento, principalmente por suas taxas exorbitantes.

Os países latino-americanos estão caracterizados na década de 1970 e 1980 por governos populistas e militaristas que não levam aspectos importantes da economia a sério como educação, saúde, infraestrutura na malha rodoviária e ferroviária, sobretudo o câmbio, este sim o mais importante de todos estes citados.

Um trágico exemplo disto foi o México que na década de 1990 atravessou uma das maiores crises financeiras tudo começou na década de 1980 quando o país suspendeu barreiras às importações, privatizou empresas estatais e eliminou déficits orçamentários e controlou a inflação, contrariando outros países que tomaram medidas drásticas.

No final dos anos 80 a cautela tradicional foi lançada aos ventos. A economia do país entrou em um surto de prosperidade febril, impulsionado por novas descobertas de petróleo, pelos altos preços do petróleo nos mercados internacionais e pelos enormes empréstimos dos bancos estrangeiros.

Desta forma é de suma importância salientar que o principal fator de crise do endividamento do México ocorreu por desvalorização do peso, sendo o primeiro de uma série de colapsos financeiros não previstos que desmontou a

sabedoria convencional sobre o relacionamento entre a disciplina de mercado e a estabilidade econômica.

Por conseguinte, para cobrir o desequilíbrio, o Banco Central foi forçado a comprar grandes quantidades de dólares do exterior, o que, por sua vez, exigiu que o Estado abrisse o mercado de títulos aos investidores externos, desta forma o setor privado do México reconheceu que o deficiente sistema bancário do país limita as oportunidades de crescimento.

Desta forma pode se concluir que são inúmeros fatores que contribuem para o processo de endividamento do país seja ele público, individual ou familiar, como também a desvalorização de moeda de um determinado país, contudo é de suma importância possuir uma educação financeira tanto pelo próprio bem quanto pelo bem do país a aqueles que os governa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos diversos estudos apresentados na monografia, é possível concluir que o endividamento das famílias brasileiras está se tornando uma problemática cada vez mais grave e que tanto a concessão de créditos sem a análise do real nível de comprometimento da renda dos indivíduos quanto a falta de educação financeira são situações que necessitam de ações.

A partir da disseminação do conhecimento de como equilibrar os gastos sem comprometer a renda familiar e por consequência evitando o endividamento, ensinando sobre consumo consciente e os gatilhos mentais utilizados pelas instituições para criar a necessidade de produtos nos consumidores, a população não estará mais tão vulnerável a compras impulsivas e aos juros exagerados cobrados pelas instituições financeiras que o comprometimento da renda poderá causar.

O indivíduo, sendo capaz de estabelecer um orçamento familiar saudável e sabendo reconhecer os gatilhos e vieses utilizados, pode evitar assumir riscos sem uma análise criteriosa do impacto, análise esta que pode evitar consequências advindas da preocupação como ansiedade, depressão e suicídio.

Outro ponto importante e que deveria ser uma pauta das políticas governamentais são os juros abusivos das dívidas com cartão de crédito, cheque especial, entre outros meios de concessão de crédito que as instituições financeiras fornecem aos consumidores de forma irresponsável, considerando o déficit em educação financeira da população.

Ocorre ainda um paradoxo na tentativa dos bancos justificarem a exacerbada taxa de juros atual para compensar a inadimplência que a própria taxa de juros causa, uma vez que uma alta taxa tende a fazer com que os credores tenham dificuldade em pagar e, como em um ciclo, fazendo com que os bancos aumentem a taxa para cobrir a inadimplência.

O crédito, que deveria ajudar a desenvolver a economia através do consumo aumentando a capacidade de compra do cidadão e a mobilidade social, acaba se tornando um vilão a longo prazo para as famílias brasileiras e uma grande fonte de lucro para os bancos, os beneficiados nesta cadeia desigual de poder.

Outro fator de suma importância é como a economia dos países impacta a população, não só no Brasil, mas países como México e Portugal demonstram que o endividamento da

população é correlacionado com o endividamento dos países, pois, como visto nas três nações, um alto endividamento resulta em um aumento dos impostos (aumento da arrecadação do governo para que seja possível arcar com a dívida externa) e aumento da inflação, ambos fatores que impactam diretamente na renda da população.

Com a diminuição do poder de compra influenciado pelo endividamento do país, ocorre um estímulo para a utilização do cartão de crédito, que, como citado ao longo da monografia, é o maior causador do endividamento, já que segrega o ato de comprar do de pagar e causa a ilusão de um maior poder aquisitivo.

Portanto, independente do país, são necessárias políticas que restrinjam o endividamento externo sem antes analisar o quanto a inflação e o aumento dos impostos impactarão os indivíduos e sua renda em prol de um suposto desenvolvimento econômico que, como analisado, tem por consequência o enfraquecimento da capacidade financeira da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÉRICO, Tiago. **Endividamento de brasileiros cresce e atinge recorde de 72%, mostra índice CNC**. CNN. São Paulo, 31 de agosto de 2021. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>. Acessado em 15 de setembro de 2021.

AVILA, Marcos; ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana. **O que é, como e quando surgiu a economia comportamental?**. Economia Comportamental.org, 2020. Disponível em: <http://www.economiacomportamental.org/o-que-e/>. Acessado em 29 de setembro de 2021.

CNC. **O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2020**. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/endividamento-2020n-cnc-29jan2021.pdf>. Acessado em 29 de setembro de 2021.

FECOMERCIOSP. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. 2021. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>. Acessado em: 15 de outubro de 2021.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

NUNES, Gabriel. **Como a economia comportamental pode auxiliar o controle dos impactos negativos do endividamento das famílias brasileiras**. Sistemas Unifal, 2021. Disponível em: https://sistemas.unifal-mg.edu.br/app/lib/classes/arquivo.php?acao=download&nomePasta=piepex/discente/arquivosTCP&nomeArquivo=Gabryel_Nunes_-_TCP_606481d4b950a.pdf. Acessado em: 16 de setembro de 2021.

SUNSTEIN, C; THALER, R. **Nudge: O empurrão para a escolha certa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

THALER, R. **Misbehaving: A construção da economia comportamental**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

ATHAYDE, David; VIANNA, André. **Dívida pública brasileira: uma análise comparativa dos três principais indicadores de esforço fiscal do governo.** Nova Economia Belo Horizonte. Brasília, v. 25, n. 2, p. 403-420, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/neco/a/HNvnrJdrfkDzsMyZmhKyTYj/?format=pdf & lang=pt](https://www.scielo.br/j/neco/a/HNvnrJdrfkDzsMyZmhKyTYj/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 26 set. 2022.

BELLUZZO, L.; GALÍPOLO, G. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo.** 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

CHESNAIS, François. **As dívidas ilegítimas: Quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas.** 1 ed. Editora: círculo de leitores, 2012

CARNEIRO, Ana. **O processo de privatização brasileiro.** Tese (Dissertação) - Graduando em economia. Universidade de Brasília, UNB, Brasília, p. 33, 2016.

CUNHA, Pedro; GARCIA, Márcio. **A gerência recente do endividamento público brasileiro.** Revista de Economia Política. Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 260-281, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rep/a/Sp6Kr3LRghrnYShWn7YCccz/?lang=pt & format=pdf](https://www.scielo.br/j/rep/a/Sp6Kr3LRghrnYShWn7YCccz/?lang=pt&format=pdf). Acesso em: 25 set. 2022.

FIGUEIRA, Rebeca; PEREIRA, Rita. **Devo, não nego, pago quando puder: uma análise dos antecedentes do endividamento do consumidor.** Revista Brasileira de Marketing –ReMark, [online], v. 13, n. 5, p. 124-1387, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12060/5703>. Acesso em: 27 set. 2022.

LEITE, Paulo. **O endividamento brasileiro no contexto da financeirização: da década de 1990 aos dias atuais.** Tese (Dissertação)- mestrando em economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, p. 72, 2018.

PEIXOTO, Fernanda et al. **custo de capital, endividamento e sustentabilidade empresarial: um estudo no mercado de capitais brasileiro no período de 2009 a 2013.** Race. Joaçaba, v. 15, n. 1, p. 39-66, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5478030>. Acesso em: 28 set. 2022.

RÔMERO, Sérgio. **Economia no meio do caminho: mineração e endividamento no Drummond da década perdida.** Lit. teor. hist. crit. Minas Gerais, v. 22, n. 2, p. 127-151, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/lthc/v22n2/0123-5931-lthc-22-02-127.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

TONATO, Dalva. **Comparação histórica entre medidas de contenção ao endividamento excessivo: o caso romano de 352 a.C. E o anteprojeto de atualização do Código brasileiro de defesa do Consumidor.** Revista de Derecho Privado. Roma, n. 23, p. 107-126, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rdp/n23/n23a06.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

ZILLIOTTO, Guilherme. **Dois séculos de dívida: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004).** 1 ed. São Paulo: editora Unesp, 2012.

SANTOS, Samira. **O endividamento externo de Portugal no período 2000-2011.** Tese (Monografia) – Bacharelado em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, p. 63, 2012.

KUSTER, Gabriela. **Cooperação internacional em ciência e tecnologia: uma sistematização e análise dos atos bilaterais entre Brasil e México.** Tese (Dissertação) - Bacharel em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 89, 2017.

CARVALHO, Juliano. **A nafta e a economia mexicana.** Tese (Monografia) – Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 41, 2004.